

Coleção O Que Saber

VALTER POMAR

SEGURANÇA PÚBLICA
ATIVISMO DIGITAL CIDADANIA SUSTENTÁVEL
REGULAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Socialismo

ESTADO LAICO E FAMÍLIA: NOVOS CONCEITOS **SOCIALISMO**
AÇÕES AFIRMATIVAS INDUSTRIALIZAÇÃO
DESENVOLVIMENTO



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Coleção O Que Saber

Socialismo

VALTER POMAR

São Paulo, 2016

Apresentação

A Fundação Perseu Abramo (FPA) cumpre a eminente tarefa de contribuir com a formação política e intelectual da sociedade brasileira. Nossos livros tem a humilde pretensão de levar ao público leitor questões pouco versadas pelas tradicionais linhas editoriais.

Optamos por constituir publicações que atendam demandas de conhecimento aprofundado sobre a realidade brasileira, com apontamentos e perspectivas de avanços. Assim, estão em curso a produção de três coleções: “Projetos para o Brasil”, “Estudos sobre os Estados” e “O que saber”.

“O que saber” está imbuída do espírito de seu tempo. Inspirada em publicações de fácil leitura, visa editar pequenos livros que dão conta de temas atuais, que tenham a ver com os novos entraves sociais do mundo moderno, ou de outros assuntos que nunca saem da atualidade e merecem revisitação.

Entre os assuntos dos primeiros números da coleção, nós trouxemos subsídios sobre o ativismo digital, a regulamentação dos meios de comunicação, os movimentos em torno do passe livre, as ações afirmativas, o Estado laico, os novos conceitos de família, o socialismo, entre outros.

Nesta terceira rodada de publicações da coleção, destacamos em temas como: o socialismo, a judicialização da política, questões afirmativas e combate ao racismo, entre outras.

Convidamos você a essa instigante leitura, pois nela encontrará luzes que desvelam os caminhos do vil metal e, como não poderia deixar de ser, das torpes relações contraídas a partir dele.

Boa leitura!

A Diretoria

Sumário

O capitalismo do século XXI	7
Capitalismo e socialismo na história	19
As diferentes tradições socialistas	37
O socialismo nas Américas	49
O socialismo no Brasil	55
O socialismo petista	59
O socialismo no século XXI	69
Bibliografia	75
O autor	77

O capitalismo do século XXI

Em *Matrix*, trilogia dirigida pelas agora irmãs Wachowski, as máquinas alimentam-se da energia dos seres humanos, com os quais se conectam através de tubos finalizados em grandes agulhas que pinçam suas medulas. Mas os seres humanos só vivem quando sonham. Por isto, as mesmas máquinas que os exploram, também os mantêm aparentemente livres para levar sua vida: esta é a Matrix, uma imensa realidade virtual ocultando a exploração da energia vital de toda a humanidade.

Os poucos seres humanos que escapam da Matrix estão condenados a sobreviver entre dois mundos: num deles, real e devastado, são perseguidos por monstros mecânicos; no outro, virtual e às vezes onírico, são caçados por “avatares” liderados pelo agente Smith, que resume assim seu programa: “Um vírus. Os seres humanos são uma doença. Um câncer neste planeta. Vocês são uma praga. E nós somos a cura”.

Matrix é apenas uma de muitas obras que mostram as criações da humanidade voltando-se contra ela própria: apocalipses nucleares, vírus escapando de laboratórios, mutantes, zumbis...

Noutra variante destas distopias, são as catástrofes naturais que destroem a humanidade, os seres vivos e o planeta Terra. Nesse caso, a tecnologia salva, mas salva apenas um pequeno número de pessoas.

Raras vezes se explica, muito menos se justifica, como é escolhida essa minoria abençoada: as dezenas de milhões de espectadores habituam-se a considerar, como uma “dádiva da natureza”, que apenas alguns possam se dar bem ao final.

A moral da história parece ser geralmente essa: a maior parte da humanidade perecerá, não num futuro distante quando o Sol esfriar ou o Universo encolher, mas num futuro próximo.

O curioso nessas histórias é que a ordem capitalista está lá, até o último dos dias, viva e forte. Em *Interestelar*, por exemplo, o mundo está morrendo, nem guerras há mais, mas o capitalismo segue vivo.

Na verdade, os roteiristas que consideram inevitável o desaparecimento de toda e qualquer civilização, têm ao mesmo tempo uma imensa dificuldade de imaginar o desaparecimento, seja do capitalismo, seja de qualquer forma de opressão e exploração de uns seres humanos sobre outros.

Jornada nas estrelas e *Guerra nas estrelas*, por exemplo, são pródigos em mostrar outras formas de vida, mas não conseguem mostrar outras formas de sociedade que não sejam variantes do escravismo, do feudalismo e do capitalismo.

Já *Avatar* nos oferece apenas duas alternativas: uma espécie de comunismo primitivo *versus* um capitalismo imperialista. É como se o progresso não pudesse nos levar a nenhum lugar, senão à destruição, ao qual só poderíamos contrapor o passado natural.

No fundo de todas essas fantasias tão pouco fantásticas, está a interessante contradição entre as capacidades e os limites da humanidade.

Nunca foi tão grande nossa capacidade produtiva, tecnológica e científica. Essa capacidade cresceu muito nos últimos 500 anos, em particular nos últimos 50.

A aceleração do progresso fica mais evidente com os seguintes “exemplos”: um legionário do Império Romano provavelmente conseguiria se virar com as técnicas do Renascimento. Mas tanto Júlio César como Da Vinci teriam dificuldades imensas para se adaptar ao nosso mundo mecânico, eletrônico, digital e nuclear. Assim como os pais têm dificuldade em lidar com algumas novidades com as quais os filhos habituariam-se desde bebês.

Como resultado dessa ciência, tecnologia e produtividade acumuladas, hoje a humanidade tem a capacidade potencial de solucionar praticamente todos os problemas que, desde os primórdios, assombram nossa espécie, a começar pela fome e pelas doenças, as catástrofes naturais e as distâncias, as carências e os desejos.

A rigor, para ganhar o pão de cada dia não é mais necessário tanto suor. Mas a verdade é outra: grande parte da humanidade continua vítima dos velhos problemas, ao mesmo tempo em que

apareceram novos problemas e dilemas, agora vinculados ao próprio progresso ou, pelo menos, à maneira como nossa sociedade se relaciona com o progresso.

Um dos exemplos disso é a convivência simultânea da fome, da desnutrição e da obesidade.

Outro exemplo: os instrumentos que nos poupam tempo, também devoram nosso tempo. Carros capazes de velocidades acima de 120 km por hora arrastam-se a menos de 20 km por hora em vias abarrotadas. Há tanta informação que há menos comunicação. Não por acaso a ansiedade e a frustração tornaram-se endêmicas.

Talvez o principal exemplo da contradição em que estamos imersos seja a de que, num mundo em que todos poderiam trabalhar pouco e viver bem, há bilhões obrigados a trabalhar duro em troca de uma miséria, outro tanto é privado até mesmo de um emprego, enquanto uma pequena minoria que não trabalha possui muito mais que o restante somado.

Como resultado dessa realidade contraditória, os avanços obtidos nos últimos 50 anos convivem com um mundo que parece uma panela de pressão prestes a explodir.

Uma passada de vistas por este primeiro quartel do século XXI lembra a escalada de certos noticiários de TV: uma lista aparentemente interminável de crises de todos os tipos: econômicas e sociais, políticas e militares, ideológicas e ambientais...

Por isso mesmo, não são poucos os que falam que estamos vivendo uma “crise civilizacional”. Não é por coincidência, também, que vivemos numa época de fundamentalismos de variados tipos. A mesma humanidade capaz de construir maravilhas parece estar com os dias contados.

Que explica isso? Há várias teorias a respeito. E aqui voltemos a *Matrix*, mais exatamente, para aquela cena em que Morpheus oferece a Neo a possibilidade de conhecer a verdade. Mas antes, como *Alice no país das maravilhas*, Neo tem que escolher entre a pílula azul e a pílula vermelha.

No nosso caso, a pílula azul leva de volta às teorias ainda dominantes em nossa época: as que consideram que o homem é o lobo do homem, que as coisas são como são e não poderiam ser diferentes, que a vida é assim mesmo, que podemos melhorar tudo desde que não mudemos nada...

A pílula vermelha, por sua vez, conduz às teorias que consideram que os problemas de nossa época possuem raízes sociais, resultam de opções feitas por seres humanos que vivem em sociedade, que outras opções podem produzir outros resultados.

Os que ao longo de sua vida escolhem a pílula vermelha não compartilham uma explicação única sobre o passado, o presente e o futuro. Como sabem as pessoas que conhecem a esquerda brasileira e internacional, unanimidade não é propriamente nosso ponto forte. Ainda bem, aliás.

Em nosso caso, explicamos os grandes problemas de nossa época a partir do seguinte: nunca as relações de produção capitalistas, nunca a maneira capitalista de desenvolver as forças produtivas, nunca a transformação de tudo em mercadoria, nunca a submissão de tudo ao objetivo de acumular capital... nunca o capitalismo foi tão hegemônico quanto é hoje.

E isso faz com que as contradições características do capitalismo assumam máxima potência, especialmente aquela apontada por Carlos & Frederico, famosa dupla alemã do século XIX: a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

O desenvolvimento das forças produtivas (o conhecimento, a ciência, a técnica, a produtividade do trabalho) nos levou a interconectar tudo e todos.

Pensa no teu dia e verás que teus alimentos, roupas, transporte, conhecimentos, estão relacionados com seres humanos que vivem e trabalham noutros pontos de nosso planeta, assim como com conhecimentos e práticas acumulados ao longo de gerações, em sociedades muito diversas.

Há apenas 500 anos, não era assim: a maioria das pessoas vivia e sobrevivia de maneira praticamente independente, conectando-se no

máximo com pessoas que viviam no raio de alguns quilômetros de sua residência. E o estoque de conhecimento acumulado era, na sua maior parte, autóctone (como está demonstrado pela história da filosofia e da ciência: descobertas surgiam simultânea e independentemente, por exemplo: na China e na Grécia).

Há 500 anos, nossa produtividade social e individual era menor do que hoje, mas naquela época um indivíduo tinha grande chance de sobreviver praticamente sozinho. Hoje, paradoxalmente, somos mais produtivos, mas praticamente incapazes de sobreviver na solidão. Isso acontece porque nossa produtividade é uma *força coletiva*.

Ao mesmo tempo, toda criatividade e produtividade social e coletiva é administrada por poucos e pelo interesse de poucos. Poucos são os donos de muito capital, poucos gestores, de grandes empresas, poucos dirigentes, de poderosos Estados e de outros instrumentos de poder. E nunca esses poucos foram tão poucos e tão poderosos quanto nos dias atuais.

Um dos principais símbolos dessa distância entre o que poderíamos fazer e o que fazemos está no contraste cada vez maior entre as riquezas materiais e as riquezas financeiras.

Como o capitalismo vive para acumular cada vez mais capital, como em certas circunstâncias o excesso de capitais tende à redução na taxa de lucro, cada vez mais o capital busca o paraíso da especulação financeira, aquelas alturas celestiais em que o capital engorda sem passar pelos riscos da produção. O que perturba brutalmente a vida dos que não têm capital e necessitam vender sua força de trabalho para poder sobreviver.

Outro dos símbolos daquela distância entre o que poderíamos ser e o que somos está no contraste entre a superprodução de mercadorias *versus* as carências extremas que afetam grande parte da população da Terra.

Cada empresa planeja sua produção até os mínimos detalhes, mas a produção social não é planejada. Como resultado, a natureza e o trabalho são espoliados, mas há estoques invendáveis, não porque

não existam necessitados, mas porque faltam os meios para adquirir os produtos. Para usar novamente os termos daqueles dois geniais alemães, a anarquia da produção no capitalismo gera ao mesmo tempo superprodução e subconsumo.

Como resultado dessas e de outras contradições do capitalismo, acentuadas agora que ele é mais soberano e global do que nunca, os velhos problemas da humanidade continuam existindo, porque o progresso não beneficia a todos; e novos problemas, causados pelo próprio progresso, também não encontram solução.

O avolumar desses conflitos conduz a humanidade a crises cada vez mais profundas e cada vez mais perigosas: 1929, 1975, 2008 são datas em que ocorreram algumas das mais famosas. Mas não passa ano sem que ocorra uma crise importante, em algum setor, algum país, alguma região ou mesmo em todo o mundo.

As crises não são algo extraordinário para o capitalismo: constituem seu modo de ser. Momentos de aparente harmonia e equilíbrio constituem exceção, a crise é a regra. E quanto mais poderoso o capitalismo torna-se, maiores são suas crises, que funcionam como purgantes, eliminando os capitais mais fracos e fortalecendo os mais fortes. Na recente crise de 2008, muitas grandes empresas foram absorvidas por poucas empresas gigantes. E as nuvens de capital financeiro cresceram de volume e toxicidade, anunciando novas e ainda mais brutais tempestades.

As crises são, sem dúvida alguma, um imenso problema para os trabalhadores e para alguns capitalistas; mas as crises *em si* não constituem um problema para o capitalismo. O que pode se converter em problema para o capitalismo e para os capitalistas é se, nos momentos de crise, outra parcela da sociedade conseguir impor limites ou até mesmo subverter a ordem capitalista.

E se isso não acontecer? E se o capitalismo for se tornando cada vez mais poderoso, cada vez mais potente, cada vez mais universal, penetrando e dominando cada poro de nossa sociedade? Bom, nesse caso, nós – os trabalhadores, a humanidade e nosso simpático planeta – estaremos fritos.

Isso ficou muito claro durante as Guerras Mundiais, que nos custaram 50 milhões de vidas. E seguiu claro durante a Guerra Fria, em que a mortandade prosseguia nas periferias do mundo, ao mesmo tempo em que os riscos de destruição completa eram contidos através da loucura: a “mútua destruição assegurada” (MAD). E segue ainda mais claro hoje, quando uma variedade crônica de males elimina vidas e qualidade de vida das gerações presentes e destrói as condições de sobrevivência das gerações futuras.

Basta olhar ao redor para constatar quanta gente morre por razões que poderiam ser evitadas, quanta gente sofre por motivos que não precisariam existir, quanta destruição e desperdício vão se acumulando e nos fazendo viver em meio a uma crescente barbárie social que muita gente trata como se fizesse parte da paisagem.

Aliás, os dados são irrefutáveis: nas últimas décadas de “globalização” (1990-2016), cresceram a desigualdade social e os conflitos militares. O enfraquecimento das forças socialistas, o fortalecimento do capitalismo, tornou o mundo pior e mais perigoso do que era.

Existe alternativa? Se existe, qual e como?

Alguns defendem que o problema estaria no progresso, no crescimento, na produtividade. Eles propõem como solução o “decrescimento”, o regresso à vida simples, à produção local, ao comércio justo etc.

São os “luddistas” dos tempos modernos, aqueles bravos que destruíam *as máquinas que comiam o emprego dos homens*. Como se o problema estivesse nas máquinas, não nas relações sociais que faziam e fazem umas pessoas serem exploradas por outras.

Ao longo da história, houve várias tentativas de construir sociedades baseadas na rejeição total ou parcial ao que era considerado, por volta do século XVIII, como progresso, desde alguns dos chamados “falanstérios” até várias “comunidades alternativas” que proliferaram especialmente a partir dos anos 1960.

Nenhuma sobreviveu, ao menos fiel a seus propósitos originais, mas isso, em si, não é argumento definitivo, pois a “tentativa e erro” é parte integrante de qualquer mudança social.

Aliás, os defensores do “decrecimento” possuem geralmente nobres intenções, apontam problemas reais e oferecem soluções interessantes. Exceto, é claro, quando são financiados por potências estrangeiras interessadas em manter a população dos países periféricos no atraso.

O equívoco fundamental dos “decrecentistas” é que, mesmo sem perceber, localizam nosso problema na humanidade, não no capitalismo. Pois o progresso (entendido como ampliação da capacidade de descobrir e dominar as “leis da natureza”) é elemento fundamental da constituição da própria humanidade.

O que constituiu a sociedade humana foi a capacidade de produzir mais do que o necessário para sobreviver. Tomada em si, essa qualidade tem uma porção de mágica. Somos um pedaço da natureza que tem consciência de si, que pode utilizar esta potência para buscar conhecer (ainda que sem nunca conseguir) e transformar tudo que existe, do microscópico ao macroscópico, do material ao ideal.

O capitalismo, ao mesmo tempo em que elevou aquela capacidade, ou qualidade, a seu ponto mais elevado, tornou-se simultaneamente um obstáculo a este desenvolvimento, um obstáculo para o progresso da humanidade, um regime social que impede os seres humanos de se aperfeiçoarem, de se humanizarem.

Entre outros motivos, porque o progresso de tipo capitalista faz com que o conhecimento e domínio das leis da natureza se convertam em instrumento de destruição tanto dos seres humanos quanto em destruição da natureza.

Por isso, o problema não está no progresso em si, mas no **tipo** de progresso. Dito de outra forma, nosso problema tem origem num padrão de progresso que está submetido aos interesses de poucos, um progresso que está a serviço da acumulação de riquezas por uma pequena camada da sociedade, um progresso baseado na exploração dos produtores para beneficiar parasitas sociais.

Se pensarmos na vida há 10 mil anos, veremos que os seres humanos viviam em comunidades mais ou menos autóctones, com poucos contatos entre si, com um nível de desenvolvimento da ciência,

da técnica e da produtividade muito inferiores aos atuais, mas ao mesmo tempo relativamente homogênea. E embora a produtividade fosse crescendo, este crescimento era irregular, descontínuo e acima de tudo lento.

Essa realidade se alterou ao longo da história, especialmente nos últimos 200 anos, principalmente depois das guerras mundiais do século XX. Desde então, a produtividade deu imensos saltos e cresceu de forma cada vez mais veloz, ao tempo que se concentrou brutalmente: algumas nações e alguns setores sociais dominam tecnologia de ponta, outras estão (comparativamente) décadas atrás.

Esse período de crescimento intenso e veloz da produtividade coincide com uma mudança nas relações sociais: é a época em que se expande pelo mundo e se torna dominante o capitalismo. Por isso, o progresso dos tempos atuais não deve ser encarado como um progresso em geral, mas sim como o *progresso em tempos de capitalismo*. Portanto, a busca de soluções para os problemas globais e para a apropriação cada vez mais privada dos frutos da produção social não está em abrir mão do progresso humano, mas sim em libertar o progresso da humanidade das amarras e dos propósitos impostos pelo capitalismo. Além de outros motivos bem nobres (tipo acabar com a fome, promover a saúde, ampliar a cultura, garantir tempo e condições para cada qual exercer sua individualidade etc.), queremos superar o capitalismo também porque *a verdade está lá fora* e, para chegar lá, muito progresso ainda teremos de fazer.

Aliás, vamos convir, tantos filmes sobre os outros planetas e sistemas solares também respondem a uma profunda necessidade que nossa espécie tem de seguir adiante, para cima e para o alto, como diria Buzz Lightyear.

Mas voltemos ao ponto em discussão: para usar termos inventados por aqueles dois geniais alemães do século XIX, a contradição entre o progresso das forças produtivas e o conservadorismo das relações de produção deve ser resolvida através da criação de novas relações sociais.

Os sinais de que é possível construir outro tipo de dinâmica social estão por todas as partes. Vão do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro à tarifa zero, do aluguel de bicicletas aos brechós, da renda

mínima ao imposto sobre herança, do barateamento dos custos de produção até as (tímidas e insuficientes) reduções na jornada de trabalho, do *software* livre às possibilidades de participação e controle social através das redes sociais...

Mas enquanto o capitalismo existir, enquanto as novas relações sociais de produção não se estabelecerem, esses sinais serão sufocados e até mesmo deformados, como ocorre, por exemplo, com a transformação da internet em instrumento de uma sociedade de controle; e com a transformação do tempo livre em tempo de consumo.

Escolher o caminho da construção de novas relações de produção, não nos levará a nenhum Paraíso. Pelo contrário, continuaremos tendo de buscar soluções para o mundo real, onde vivem pessoas reais, com seus problemas, defeitos e limitações. Apenas significa que passaremos a buscar soluções para seguir adiante com toda a humanidade e para toda a humanidade, soluções que sejam baseadas não mais na exploração e na opressão que o capitalismo maximiza, e sim soluções baseadas na cooperação, na “livre associação dos produtores”. E das produtoras!!!

Portanto, escolher a pílula vermelha nos mostrará apenas onde vai dar a toca do coelho, nos mostrará apenas o que é o capitalismo do século XXI e quais os caminhos para superá-lo.

E o que faremos se tivermos êxito nisso?

Na cena final de *Matrix* (episódio I, o único realmente genial da trilogia), Neo “telefona” para toda a humanidade e diz mais ou menos o seguinte: “eu sei que vocês estão com medo. Vocês estão com medo da mudança. Eu não conheço o futuro. Eu não vim para dizer como isto vai terminar. Eu vim para dizer como isto vai começar”. Em seguida, Neo fala de “um mundo sem regras e controles, sem limites nem fronteiras, um mundo onde tudo é possível”. E encerra dizendo: “Para onde nós iremos é uma escolha que eu deixo com vocês”.

É disso que se trata a luta pelo socialismo: a luta por nos libertar do capitalismo. E como o capitalismo nos parece a forma mais desenvolvida (e que esperamos seja a última) das sociedades baseadas na divisão, luta e exploração de classe, a luta por nos libertar do capitalismo é também a

luta por nos libertar da exploração e opressão de classe. E, com isto, destruir as bases de tantas outras formas de opressão: de gênero, de raça etc.

Paradoxalmente, nos libertar do capitalismo e nos libertar do progresso de tipo capitalista exigirá *dar outro uso social* para todo o progresso acumulado, inclusive aquele progresso que o capitalismo produziu através da exploração e opressão dos trabalhadores. Aliás, parte da legitimidade e da sobrevivência do capitalismo vincula-se à aparência ou à realidade de ele constituir fonte de progresso. À medida que a realidade se altera, à medida que ele converte-se em obstáculo ao progresso e à medida que isso fica claro para parcelas crescentes da humanidade, é chegada a hora em que subverter as relações sociais de produção pode ser não apenas o desejo de uma minoria de visionários vanguardistas, mas também o desejo da maioria da humanidade.

O que faremos de nossa vida em sociedade, se e quando tivermos êxito, será uma escolha a ser feita pelas gerações futuras, aquelas a quem um grande poeta também alemão pediu o seguinte: “quando chegar o momento em que o homem seja bom para o homem, lembrai-vos de nós com indulgência”.

Às gerações atuais e às passadas, caberá a realização de uma parte certamente difícil, mas também heroica, a que a tal dupla alemã resumia assim: lutar por concluir a pré-história da humanidade.

Capitalismo e socialismo na história

Jack London é muito conhecido por *O chamado selvagem*. Mas ele escreveu muitas outras obras, entre as quais, *O tacão de ferro*, publicado em 1907, uma narrativa política futurista sobre os conflitos entre a plutocracia, o proletariado e o “povo do abismo”, tendo os revolucionários como protagonistas.

London é um de muitos autores que traduziram em livros, romances, reportagens e biografias a história da classe trabalhadora em sua luta contra a opressão e a exploração capitalistas.

É o caso de Vitor Hugo (*Os miseráveis*), Emile Zola (*Germinal*) e Máximo Gorki (*A mãe*). E também Howard Fast (*Spartacus*) e Geoffrey Trease (*Setas contra os barões*), que teceram os fios que ligam o assalariado moderno ao servo e ao escravo da antiguidade.

Os que vendem a sua força de trabalho, a classe dos trabalhadores assalariados, o proletariado moderno, é legítimo herdeiro das grandes lutas contra a opressão e a exploração ocorridas em épocas passadas. E, com o mesmo espírito, deve ser um aliado de *todos* os setores sociais que lutam contra *todas* as formas de opressão e exploração contemporâneas. Fazer com que essa orientação se converta em prática é um desafio cotidiano, como sabem os que lutam contra o racismo, contra o machismo, contra a homofobia, contra a xenofobia e os fundamentalismos religiosos.

Apesar de o proletariado moderno ser um herdeiro das lutas passadas, há uma diferença importante a assinalar: o fim do domínio da escravidão, da servidão e da pequena produção não acabou com a exploração de uns seres humanos por outros. O capitalismo superou aquelas outras formas de produzir, mas a exploração prossegue e, com ela, múltiplas formas de opressão. Já o fim da atual exploração dos assalariados pelos capitalistas pode significar, também, o fim de toda forma de exploração e opressão de classe.

Isto porque o fato de o capitalismo basear-se na apropriação privada de uma riqueza produzida coletivamente torna possível substituí-lo

por uma sociedade baseada na propriedade e na apropriação coletiva, pública, social, comum. O que faria desaparecer a exploração característica dos diferentes tipos de sociedade de classe.

Dizemos *pode*, porque, por enquanto, isso ainda é uma teoria, uma, digamos, *aposta* que conta com algumas provas a favor e outras tantas contra. Mas quando estudamos o passado, a história, a cultura, as teorias e ideologias surgidas ao longo dos últimos séculos, percebemos que continua sendo a melhor aposta que temos!

Quando falamos em conhecer a história, estamos falando principalmente da luta entre as classes sociais, luta que assumiu e assume as mais diferentes formas: luta econômica, política, ideológica, militar. Claro que a história da humanidade é mais do que a história da luta de classes; mas esta constitui sua variável fundamental, que ilumina e influencia todos os outros aspectos da nossa existência ao longo dos tempos.

Dessa longa história, de vários milênios, o que nos interessa mais diretamente é o que ocorreu nos últimos, digamos, 700 anos. Foi mais ou menos a partir daquela época que foram surgindo os primeiros traços do que, muito tempo depois, se converteria no que hoje chamamos de capitalismo.

Parece muito tempo, mas historicamente não é. O capitalismo, mesmo se contarmos a partir da chamada acumulação primitiva, é um modo de produção jovem. O escravismo e o feudalismo duraram muito mais.

A boa notícia é que isso não quer dizer que o capitalismo vá durar ainda mais, pois embora mais jovem, o capitalismo também se transforma, amadurece e envelhece mais rapidamente. Isto se deve a algo que já explicamos antes: a velocidade com que se altera o conhecimento, a ciência, a técnica, a tecnologia, as forças produtivas enfim.

Importante saber que não existe um significado consensual para a palavra capitalismo. Diferentes autores, diferentes correntes teóricas e diferentes setores sociais atribuem a esta palavra um sentido diferente.

Há três sentidos especialmente comuns: o que vincula o capitalismo à busca do lucro; o que vincula o capitalismo ao comércio; e o que vincula o capitalismo à determinada maneira de produzir riquezas.

Para os defensores daqueles dois primeiros pontos de vista, o capitalismo é um fenômeno muito antigo, em alguns casos, presente desde o início da organização dos seres humanos em sociedade. Já para os defensores do terceiro ponto de vista, o capitalismo é um fenômeno relativamente recente.

Há argumentos utilizados para defender cada uma dessas interpretações. Um deles afirma que o capitalismo só adquiriu sua forma madura, o comércio só se tornou efetivamente global e a ideologia do lucro só predominou *depois* que o capitalismo se apoderou do processo de produção de mercadorias.

Portanto, a produção comandada pelo capitalista, com o trabalhador convertido em operador de máquinas, constitui uma variável fundamental na história do capitalismo.

Evidente que os diferentes argumentos acerca do que é, como surgiu e como se desenvolveu o capitalismo possuem fortes implicações políticas.

Quem escolhe uma definição segundo a qual o capitalismo seria um fenômeno existente desde quase sempre, pode ou não ter consciência disso, mas está fornecendo argumentos para quem defende que o capitalismo siga existindo “para todo o sempre”.

Por outro lado, reconhecer que o capitalismo é um fenômeno histórico, que teve uma origem e um desenvolvimento, favorece o ponto de vista dos que acreditam que ele terá um fim.

Além disso, reconhecer que o capitalismo é historicamente recente nos conduz a observar e analisar com menos, digamos, ansiedade as tentativas socialistas. Suas dificuldades e as derrotas não seriam o fim da história, talvez apenas um começo tateante.

Finalmente, reconhecer que a produção é a variável fundamental da história do capitalismo nos leva a compreender melhor por quais mo-

tivos a classe trabalhadora, que produz as riquezas, é o principal agente social da luta contra o capitalismo e pelo socialismo.

Voltemos então à história do capitalismo: como podemos resumir esses mais ou menos 700 anos de história?

De saída, podemos estabelecer dois grandes momentos, um de *acumulação primitiva* e outro de *acumulação capitalista*. Entre estes dois momentos, aconteceram as chamadas **revoluções burguesas**.

Qual a diferença entre estas duas formas de acumulação? Na primeira delas, se acumulam as pré-condições para que o capitalismo possa vir a existir. Na segunda delas, a acumulação se processa de maneira capitalista.

Nos dias de hoje, o capitalista acumula explorando a força de trabalho assalariada. Mas nos séculos XV, XVI e XVII, o assalariamento era residual; e as riquezas eram acumuladas principalmente através da exploração de sociedades pré-capitalistas.

Portanto, naquela época, a acumulação era “primitiva” em duplo sentido: porque acumulada de forma pré-capitalista e porque recorria a mecanismos violentos (como as conquistas, os saques, a escravização e a expulsão dos camponeses).

Este é um aspecto fundamental: a violência foi um fator decisivo na criação de uma força de trabalho livre, livre de qualquer propriedade, livre para ser vendida ao capitalista. Assim como foi decisiva para capturar, transportar e obrigar a trabalhar milhões de escravos, especialmente africanos, forçados a contribuir para a acumulação primitiva de capital.

No caso dos trabalhadores “livres”, a violência se fazia presente tanto na expulsão dos trabalhadores das terras onde viviam e produziam quanto no obrigar os trabalhadores a vender sua força de trabalho. Como trabalhar longuíssimas jornadas em troca de uma paga de fome não era nem usual, nem propriamente um bom negócio para os produtores, era comum o uso da violência – inclusive de fábricas-prisões – para obrigar os trabalhadores a produzir nas condições, jornadas e salários oferecidos.

Na “acumulação primitiva”, portanto, se constituem as duas condições fundamentais para que o capitalismo possa existir: certa

quantidade de riqueza em busca de aplicação rentável e certa quantidade de força de trabalho livre para ser contratada.

A etapa de acumulação primitiva começou exatamente quando? Este é um debate que consome os especialistas, embora ninguém duvide que nós da América Latina, especialmente do Brasil, demos forte colaboração para o sucesso da empreitada.

A etapa de acumulação primitiva terminou quando? Se considerarmos a Inglaterra, a resposta parece ser em algum momento entre a revolução burguesa (1640/1688) e a revolução industrial (1733/1808). Sendo que vários autores adotam outra datação: respostas vagas podem ser as mais corretas, quando estamos tratando não de eventos isolados, mas de processos.

Se olharmos não apenas para a Inglaterra, mas sim para o conjunto dos países e regiões em que vinha ocorrendo a acumulação primitiva, podemos dizer que ela se encerra quando atingem certa maturação dois fenômenos (não necessariamente ao mesmo tempo nem na ordem indicada a seguir):

a) quando a classe dos nascentes capitalistas se converte em classe dirigente na sociedade, afastando de forma revolucionária e/ou fazendo uma composição vantajosa com a antiga classe dominante de senhores feudais;

b) quando os capitalistas se convertem em dirigentes na economia, derrotando o controle que os artesãos ainda tinham sobre a produção, o que foi feito através da criação e generalização de um processo baseado no uso de máquinas e de força-motriz de natureza mecânica, convertendo os trabalhadores em operadores de instrumentos de propriedade dos capitalistas, bem como submetidos a métodos e ritmos definidos pelos capitalistas.

O Estado absolutista foi essencial para a acumulação primitiva: sem ele não teriam havido as navegações, as colônias não teriam se estabelecido e o escravismo não teria sido imposto como foi.

De forma similar, as diferentes formas assumidas pelo Estado burguês foram (e seguem sendo, mesmo em tempos de neoliberalismo)

essenciais para garantir as condições necessárias para a acumulação capitalista propriamente dita. Sem ele, os luddistas e as revoltas pelo “comércio justo” teriam impedido ou obstaculizado fortemente os *métodos* pelos quais ocorre a acumulação de capitais, *depois* que se supera a acumulação primitiva e *antes* que esta acumulação chegasse à maturidade.

E quais são estes métodos? Basicamente a prolongação da jornada de trabalho, a redução dos salários e, especialmente, a ampliação da produtividade através da introdução de máquinas, leia-se, através da substituição de trabalho vivo (aquele oferecido diretamente por nós, trabalhadores) por trabalho morto (cristalizado em máquinas).

As afirmações do parágrafo anterior estão longe de ser um consenso. Para muitos estudiosos, a produção não é o epicentro do processo de acumulação de capitais. E, para muitos outros, a exploração da força de trabalho pode até existir, mas ela não constituiria a base dos lucros capitalistas.

É fácil entender por quais motivos há toneladas de livros escritos a respeito: se admitirmos que a acumulação de capital em geral e os lucros capitalistas em particular têm sua origem na exploração da força de trabalho, a conclusão é que o capitalismo se baseia no trabalho não pago, na expropriação dos verdadeiros produtores de riqueza, na apropriação da chamada mais-valia.

Ou seja: no limite, os capitalistas são parasitas sociais (ou, melhor dizendo, vão se convertendo, ao longo da história, enquanto classe, em parasitas sociais). Hoje, por exemplo, grande parte da classe capitalista não contribui mais para a produção nem para o progresso social. Seu desaparecimento enquanto classe não causaria nenhum tipo de transtorno ou carência social.

Constatar e reconhecer isto tem um efeito desmoralizante sobre boa parte da “narrativa” que apresenta os capitalistas como “inovadores”, “classes produtoras” e “agentes do progresso”.

Os intelectuais vinculados à classe trabalhadora podem ter maior ou menor dificuldade para defender, nos debates com os intelectuais vinculados à classe dos capitalistas, a existência da mais-valia.

Mas, para boa parte da classe trabalhadora, a experiência confirma intuitivamente que a jornada de trabalho pode ser dividida em duas fases. Na primeira fase, o trabalhador produz uma riqueza equivalente ao seu salário. Na segunda fase, o trabalhador produz uma riqueza que será apropriada pelo capitalista, sem nenhum tipo de remuneração.

A revolução industrial – seja a primeira, seja as que vieram depois – consiste exatamente em um conjunto de transformações através das quais o capitalismo reorganiza a produção de mercadorias. E o aspecto central dessa reorganização está, exatamente, nas medidas que ampliam a produtividade do trabalho.

Ao ampliar a produtividade do trabalho, o que o capitalista está buscando é ampliar a extensão daquela parte não remunerada da jornada de trabalho.

Ampliar a produtividade faz com que, num mesmo espaço de tempo, um trabalhador produza uma quantidade de riqueza maior. Mantida a mesma jornada de trabalho e mantido o mesmo salário, fica maior a riqueza que o trabalhador produz sem receber nada em troca.

Desse processo advêm diversas implicações. No longo prazo, amplia a produtividade e a desigualdade, como falamos antes. No curto e médio prazo, provoca um acirramento do conflito entre os capitalistas e um acirramento do conflito destes contra os trabalhadores. Estes lutam por recompor sua participação na riqueza, seja através de maiores salários, seja via redução da jornada, e ainda lutando por reconquistar algum nível de controle sobre o processo de produção.

No caso dos capitalistas, aqueles que não conseguem ampliar sua produtividade perdem a competição. Com isto, o capital fica mais concentrado (quantidades cada vez maiores de capital) e também mais centralizado (controlado por menor número de capitalistas). Surgem então os monopólios e o capital financeiro.

Quanto maior é o capital acumulado, mais difícil torna-se manter a mesma taxa de lucro obtida antes. A tendência à queda na taxa de lucro gera vários desdobramentos, entre os quais um processo de exportação de capitais: estes saem mundo a fora, a busca de salários e condições mais

lucrativas. E não saem sozinhos: os capitais levam e são levados por seus respectivos Estados para “passear”, dividindo então o mundo em “áreas de influência” das grandes potências capitalistas.

O fortalecimento do capital traz consigo o fortalecimento do Estado. Quando os neoliberais falam em Estado mínimo, eles estão na verdade propondo “menos políticas sociais, menos salários indiretos, menos proteção para os trabalhadores”. Por outro lado, a presença do “capitalismo de Estado” é um sinal da maturidade do capitalismo: uma empresa capitalista que funciona sem um empresário individual é propriedade coletiva do capital. E a propriedade coletiva do capital pode facilmente transformar-se em propriedade coletiva do conjunto da sociedade.

Quando aquele russo chamado Ulianov dizia que o imperialismo era a “etapa superior do capitalismo”, ele estava exatamente apontando que a exportação de capitalista, o capital financeiro, os monopólios e o capitalismo de Estado eram indícios claros dessa maturação. Maturação e senilidade, pois fica cada vez mais claro que, sem uma crescente intervenção do Estado (leia-se, sem o crescente recurso a mecanismos extraeconômicos), o capitalismo não consegue sobreviver.

A expansão imperialista resultou na Primeira e na Segunda Guerra, teve prosseguimento durante a Guerra Fria e se concluiu após a dissolução da União Soviética. Independentemente de como avaliemos o tipo de sociedade que existe na China, no Vietnã e em Cuba, está claro que estas três sociedades estão profundamente integradas na economia capitalista. Desde 1991, o capitalismo domina o mundo.

Aqui podemos parar para tomar fôlego e recapitular.

A história de mais ou menos 700 anos do capitalismo pode ser dividida em dois grandes momentos. O primeiro é de acumulação primitiva, o segundo de acumulação capitalista; entre um e outro momento, ocorrem as revoluções burguesas.

Se considerarmos a Europa Ocidental (região do mundo onde o capitalismo nasceu), a acumulação propriamente capitalista torna-se predominante em algum ponto entre 1750 e 1850 (sempre lembrando

que estas datas são apenas pontos de referência, e não o ponto preciso em que os processos começam ou terminam).

A acumulação capitalista continua até hoje, portanto, menos de 300 anos de história, que também podem ser divididos em dois grandes momentos: o capitalismo concorrencial (até 1890) e o capitalismo monopolista (1890-2016). Ou, se quisermos observar o fenômeno do ponto de vista do resto do mundo, *capitalismo concorrencial* e *capitalismo imperialista*.

Vale lembrar que o capitalismo não surgiu ao mesmo tempo, em todos os pontos do mundo. O capitalismo é um “produto de exportação” da Europa Ocidental para o restante do planeta. Para usar a linguagem do agente Smith, um *vírus*.

Nos locais e nos tempos em que surgiu, a empresa capitalista típica era (para padrões modernos) de pequeno porte. E a competição capitalista típica era a “livre concorrência”.

Pouco a pouco, algumas empresas foram se tornando mais poderosas, até que surgiram as grandes empresas, e estas se fundiram com os bancos, dando origem ao capital monopolista e financeiro. E mais adiante, estatal. A livre competição foi substituída pelos mercados controlados por poucas empresas vendedoras e compradoras (oligopólios e oligopsônios).

No resto do mundo, não foi essa a trajetória seguida pelo capitalismo: ali, já na fase concorrencial, mas principalmente na fase monopolista, o capitalismo chegou como produto de exportação, trazido a partir de fora. Primeiro, sob a forma de mercadorias vendidas mais baratas do que a produção nacional. Depois, sob a forma de capitais à busca de investimentos mais lucrativos do que os existentes em seus países de origem. E a condição básica para exportar capitais é poder repatriar os lucros. O que impõe controlar os mercados e afastar os concorrentes. O que conduz à retomada e aprofundamento dos impérios, ou seja, da dominação colonial e das guerras entre Estados por domínios, caminhos e áreas de influência.

Ou seja: a existência de colônias foi importante na fase da acumulação primitiva de capitais e voltou a ser importante na fase mono-

polista. Tão importante que, quando o capitalismo entrou nessa fase de exportação de capitais, vários estudiosos aceitaram denominá-la de “imperialismo”.

O nome pode gerar certa confusão, pois passa a impressão de que a essência do fenômeno está na existência de um império colonial, quando na verdade a essência está na exportação de capitais. Ou seja: quando o capitalismo se torna maduro, muito forte, muito poderoso, ele produz mais riquezas do que é capaz de reinvestir lucrativamente. Chegado a esse momento, ele é forçado a exportar capitais. O imperialismo é uma decorrência disto, não a causa.

Mas o nome também expressa uma característica essencial do fenômeno. Tanto é assim que os Estados Unidos, que liderou a primeira revolução anticolonial vitoriosa (1776), atingiu suas dimensões atuais através da mistura entre comércio e conquista de territórios indígenas, mexicanos, franceses e russos. E também territórios ocupados por habitantes dos próprios Estados Unidos: este foi um dos sentidos da chamada Guerra de Secessão (1861-1865), violenta guerra civil que foi essencial para firmar os EUA como nação capitalista. Mais tarde, tivemos a interferência nas guerras de independência das colônias espanholas do Caribe (1898) para garantir o predomínio econômico e político dos EUA sobre elas.

Portanto, desde então, e até hoje, os Estados Unidos, que têm poucas colônias formais (Filipinas, Guam, Hawai e Porto Rico) e que tantas vezes defendeu o “livre comércio” para assim disputar melhor os mercados das colônias e das metrópoles, estes Estados Unidos que são hoje a principal nação capitalista do mundo também atua há algum tempo como se eles fossem um império mundial.

Recapitulemos novamente: acumulação primitiva, revoluções burguesas, capitalismo concorrencial, capitalismo monopolista/financeiro/imperialista/estatal. Esta última etapa teve início mais ou menos em 1890 e vem até hoje.

Na história, acontece o contrário da vida comum. Quando alguém está perto de você, a imagem fica mais nítida. Quando um

fenômeno histórico está mais próximo, ele fica mais confuso (inclusive porque mais gente conhece e, portanto, tem opinião sobre o que está sendo discutido).

Sabendo disto, propomos dois grandes critérios para sistematizar a complexa realidade dos últimos 125 anos, em que temos este capitalismo monopolista, financeiro, imperialista e estatal. O primeiro critério é o *conflito entre os Estados*. O segundo é o *conflito entre o capital e o trabalho*.

De 1890 até 1945, os principais Estados capitalistas lutam para dividir e redividir o domínio sobre o mundo. Lutam entre si e contra Estados menores. Uma lista dos conflitos inclui: a Guerra Hispano-Americana, considerada a primeira guerra imperialista, a partilha do Egito e da China, a invasão japonesa da Manchúria, as crises do Marrocos e dos Balcãs, a formação da Entente entre a Inglaterra e a França para enfrentar a expansão alemã, a Guerra Russo-Japonesa; a Primeira Guerra Mundial, a intervenção militar conjunta das potências contra a Revolução Russa, a desagregação do Império Austro-Húngaro, a guerra franco-inglesa contra o Império Otomano, a Revolução Turca; os ataques da Itália contra a Líbia e Etiópia, da Itália e da Alemanha contra a Espanha Republicana, da Alemanha contra a Áustria e a Tchecoslováquia, do Japão contra a China e o Sudeste Asiático, até desembocar na Segunda Guerra Mundial.

Um dos resultados desse longo período de conflitos foi a divisão do mundo em dois polos: um capitaneado pelos Estados Unidos, outro pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, fundada oficialmente em dezembro de 1922 por iniciativa do regime nascido da Revolução Russa de 1917.

A existência da URSS (e o que ela indicava acerca da radicalidade e da maturidade da luta contra o capitalismo) alterou em alguma medida tanto a dinâmica da luta entre os Estados quando a luta entre capital e trabalho.

A Revolução Russa de 1917, a crise de 1929, o protecionismo, a economia de comando surgida para enfrentar as guerras mundiais, assim como a pressão exercida tanto pela URSS quanto pelas classes

trabalhadoras após o término da Segunda Guerra, alteraram ritmos e formas da acumulação capitalista.

Pouco a pouco, o Estado ganha cada vez maior protagonismo, seja como fator contracíclico, seja como agente econômico direto. Não se tratava apenas de organizar o conflito intercapitalista, mas também de “organizar” o conflito entre capital e trabalho.

Este segundo aspecto ficou particularmente claro tanto no New Deal quanto na política econômica do nazismo. Aparecerá, também, nos processos conduzidos pelo mexicano Lazaro Cardenas e pelo brasileiro Getúlio Vargas. E, claro, em outras circunstâncias históricas, na União Soviética.

A partir de 1945, ao conflito intercapitalista se agrega o conflito entre dois campos (EUA e URSS). O papel protagonista do Estado, as conquistas sociais da classe trabalhadora (ampliando possibilidades de consumo), as independências nacionais e as políticas desenvolvimentistas da chamada periferia do mundo (ampliando as possibilidades de investimento), bem como as necessidades e possibilidades da reconstrução pós-Guerra, fizeram o capitalismo se desenvolver intensamente entre 1945 e 1970.

Naquele período, o capitalismo chegou a parecer compatível com a ampliação da democracia, do bem-estar social, da soberania nacional e também com taxas de crescimento ascendentes.

É também por isto que ocorrem fenômenos como a conversão da social-democracia ao “estado de bem-estar social” nos marcos do capitalismo; bem como o surgimento, no interior do movimento comunista, de propostas de transformação gradual do capitalismo em socialismo.

Mas, no início de 1970, ocorre o previsível: o sucesso do capitalismo gerou superlucros, os superlucros reinvestidos geram queda na rentabilidade, os capitais então desinvestem, o crescimento para e retrocede, o capitalismo entra em crise.

Estes fenômenos coincidiram com acontecimentos internacionais (as revoltas estudantis de 1968, a luta pelas liberdades civis nos EUA, a guerra de libertação do povo vietnamita, as guerrilhas latino-

-americanas, a Grande Revolução Cultural Proletária na China) que pareciam indicar que o movimento socialista estava na ofensiva. Claro que havia sinais indicando o contrário (como a repressão soviética contra a Primavera de Praga, o massacre na Indonésia, os golpes de Estado, por exemplo, no Chile). Mas estes sinais foram em geral subestimados: o reconhecimento de que o mundo estava em disputa era acompanhado, na maioria dos casos, pela certeza de que estávamos vencendo esta disputa.

Efetivamente, a crise do capitalismo nos anos 1970 não poderia ser resolvida da mesma forma como foi em 1930. Uma nova guerra intercapitalista provavelmente favoreceria o mundo socialista. Uma guerra contra o mundo socialista desembocaria, na melhor das hipóteses, numa destruição mútua. Na pior das hipóteses (para os capitalistas), poderia desembocar numa perigosa aliança entre o socialismo, o pacifismo, o feminismo, o antirracismo e o ambientalismo.

Por estes e outros motivos, o mundo capitalista foi fazendo um complexo “ajuste”, que incluiu:

1) uma nova “revolução industrial”, com destaque para inovações na comunicação, eletrônica, informática e cibernética, que ampliaram a exploração e o controle sobre a força de trabalho mundial, que alguns anos depois seria ampliada pela inclusão dos chineses e dos que viviam na URSS e no Leste Europeu;

2) uma nova rodada de exportações de capitais e de financeirização, favorecida pelo fim do padrão dólar-ouro adotado em 1944 nos acordos de Bretton Woods (uma moeda internacional que tem a si mesma como lastro é funcional para a especulação);

3) um aprofundamento da corrida armamentista, o que, além de dar vazão à parte dos capitais acumulados, contribuiu para o colapso da URSS;

4) a difusão da ideologia que hoje chamamos de neoliberalismo, criando um ambiente crescentemente favorável às privatizações e às alterações nas políticas sociais (o que também reduz os salários indiretos da classe trabalhadora).

Como todos estes ajustes coincidiram e, em alguma medida, incluíram a retirada do Vietnã, ficou para alguns a impressão de que estava ocorrendo uma derrota geral do imperialismo e do capitalismo, quando na verdade estava em curso uma espécie de “longa marcha” do lado de lá (Longa Marcha é o nome dado àquela famosa retirada estratégica, onde os comunistas chineses mudaram de política e, com isso, criaram as condições para a tomada do poder).

Entre 1975 e 1991 – como movimento político-social, tipo de sociedade e ideologia – o socialismo não conseguiu mais avançar, nem conseguiu manter uma situação de equilíbrio frente a este novo mundo capitalista. Basta dizer que a revolução iraniana de 1979, diferente de todas as demais revoluções ocorridas desde 1917, não chegou nem mesmo a flertar com o socialismo.

Podemos dizer que as diferentes tradições socialistas tiveram relativo êxito em reformar e/ou derrotar o capitalismo existente até 1970; mas, frente ao capitalismo surgido a partir de então, sofreram uma grande derrota, sendo obrigadas a fazer reformas profundas na sua prática e no seu pensamento.

A tradição social-democrata europeia, com o passar das décadas, se tornou totalmente dependente do funcionamento do próprio capitalismo. Eram os impostos cobrados que financiavam o bem-estar: quando o crescimento desabou, as políticas públicas foram crescentemente estranguladas.

A reação dos social-democratas europeus foi defender e adotar políticas de tipo keynesiano. Mas, de tanto usar esses remédios, já não provocavam o mesmo efeito. Portanto, a crise continuou. A direita dizia que a culpa pela crise era das políticas social-democratas de bem-estar social.

Depois da ascensão dos neoliberais Reagan e Thatcher, os social-democratas europeus ainda ganharam importantes eleições na Europa. Mas seus novos governos mudaram de política: o giro social-liberal de Felipe Gonzalez, François Mitterrand e Papandreu iniciou a conversão de grandes parcelas da social-democracia a um ideário aparentado com o

neoliberalismo. Tony Blair (primeiro ministro inglês até 2007) e François Hollande (eleito presidente francês em 2012) são exemplos disto.

A tradição comunista, mais exatamente sua versão soviética, tinha conseguido o prodígio de industrializar um país atrasado, ao mesmo tempo em que ampliou sensivelmente o nível de vida de sua população (em termos de habitação, educação, saúde, cultura, transportes e alimentação).

Para atingir estes objetivos, o socialismo soviético adotara um planejamento estatal extremamente centralizado, combinado com políticas de pleno emprego e restrições ao funcionamento do mercado. Além de recorrer a níveis de centralização política que provocaram, desde então e até hoje, imensas discussões, críticas, repúdio e horror, causando grandes danos à credibilidade do próprio socialismo, especialmente quanto à pretensão de constituir um tipo de democracia superior à existente no capitalismo.

Quando o campo capitalista ampliou a corrida armamentista, especialmente com o governo Reagan, a sociedade soviética foi colocada diante de uma enorme pressão. E quando o capitalismo deu um salto tecnológico, a URSS não quis ou foi incapaz de fazer as reformas que a República Popular da China decidiu perseguir desde 1978.

O resultado foi que a URSS entrou num processo de estagnação crescente. Mikail Gorbachev, o último secretário-geral do PCUS, tentou fazer as reformas (*glasnost* e *perestroika*) a partir de 1986. Mas o ambiente interno e externo já havia deteriorado tanto que as reformas aceleraram o colapso e, em 1991, advém a dissolução da União Soviética.

Pouco antes e logo depois, todos os países socialistas do Leste Europeu mudaram seus governos e sua orientação econômico-social: é o caso da Alemanha Oriental (anexada em outubro de 1990 pela Alemanha Ocidental), da Hungria, Romênia, Bulgária, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Polônia e Albânia. Processo similar ocorreria com Angola, Moçambique e outros países africanos anteriormente alinhados à URSS. Do antigo mundo socialista, apenas China, Vietnã, Coreia do Norte e Cuba continuam até hoje governadas por partidos comunistas.

A debacle do socialismo soviético e a conversão da social-democracia ao liberalismo, mais a crise do desenvolvimentismo latino-americano e do nacionalismo africano, compõem um quadro inegável de vitória do chamado capitalismo neoliberal.

Nos anos 1990, os intelectuais vinculados ao capitalismo viviam em estado de júbilo: era o “fim da história”, leia-se, a vitória definitiva do modelo de política e de economia que eles defendiam. Os Estados Unidos agiam como poder unilateral, sem pedir licença nem prestar contas a ninguém.

Foi talvez um dos momentos mais difíceis para os socialistas em todo o mundo, pois não se tratava apenas de uma vitória militar e política do capitalismo. Havia também uma vitória ideológica, no sentido de que dezenas de milhões de pessoas que antes eram socialistas tinham passado a duvidar ou até a abjurar suas convicções, suas escolhas, sua prática e sua história.

Foram precisos poucos anos para este quadro mudar. Mas antes de falar disto, três advertências.

Primeiro, duvide (no sentido de desconfiar) do panorama histórico que apresentamos até agora, bem como do que vamos apresentar nos próximos capítulos deste livro. Todo esquema simplifica demais a realidade, sempre muito mais complexa. E desconfie também, porque *duvidar é o melhor método* quando estamos estudando qualquer assunto e desde que duvidar leve à busca de outros parâmetros e pressupostos do que se duvida.

Segundo, evite fazer algo muito comum quando falamos dos movimentos socialistas, das teorias socialistas e mesmo das sociedades socialistas: cair no erro de abstrair a existência do capitalismo, como se fosse possível falar da história da classe trabalhadora sem falar da luta entre a classe trabalhadora e a classe dos capitalistas. Ou como se fosse possível compreender a União Soviética, sua ascensão, seu declínio e seu desaparecimento sem considerar o mundo capitalista ao seu redor. Ou entender as opções da República Popular da China, dos anos 1970

até hoje, e da República Socialista do Vietnã, desde 1985, sem levar em conta os movimentos feitos pelo mundo capitalista.

Terceiro: quem estiver lendo estas palavras, vive numa época muito diferente das anteriores. Pela primeira vez em sua história, o capitalismo é realmente mundial. Compreender o que tem de específico este capitalismo do século XXI é, portanto, a principal tarefa dos socialistas, não importando a que tradição se filie.

As diferentes tradições socialistas

Primavera nos dentes, música dos Secos e Molhados, diz assim: “Quem tem consciência para ter coragem/Quem tem a força de saber que existe/E no centro da própria engrenagem/Inventa a contramola que resiste/Quem não vacila mesmo derrotado/Quem já perdido nunca desespera/E envolto em tempestade decepado/Entre os dentes segura a primavera”.

De alguma forma, o movimento socialista é isto: a *persistência* na luta contra o capitalismo, na busca de construir a “primavera dos povos”. Do ponto de vista individual, o socialismo tem esse componente, digamos, ético; mas ele também é muito mais do que isso.

Três significados são particularmente importantes para nós: o socialismo como *tipo de sociedade*, o socialismo enquanto *corpo de ideias* e o socialismo como *movimento político-social*.

As palavras “socialismo” e “comunismo” surgiram no século XIX para designar movimentos e ideias político-sociais que se contrapunham – com maior ou menor radicalidade – ao capitalismo.

Desde então até hoje, falar de socialismo exige falar de capitalismo, compreender o socialismo supõe compreender o capitalismo.

Como já explicamos, o capitalismo não surgiu e se consolidou ao mesmo tempo em todas as partes do mundo. Pelo contrário, ele surgiu e se consolidou primeiro em algumas regiões (especialmente na Inglaterra, em outros países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos) e depois foi se expandindo para o restante do mundo.

Nesse processo de expansão, ele foi entrando em conflito – às vezes destruindo, às vezes submetendo – outras formas de organizar a sociedade: o comunismo primitivo, o escravismo, a servidão, a pequena produção artesanal, o campesinato livre.

Portanto, falar da história do capitalismo implica em falar da luta entre as forças sociais, políticas e culturais capitalistas, contra outras forças

sociais, políticas e culturais. E também implica falar da luta intercapitalista, na forma de concorrência econômica, disputas políticas, guerras civis e guerras entre países capitalistas.

Analogamente, falar da história do socialismo implica em falar das lutas contra o capitalismo. Lutas que em alguns casos assumem caráter defensivo (preservar relações políticas e sociais que o capitalismo está destruindo), noutros assumem caráter ofensivo (superar as relações capitalistas em favor de relações de novo tipo).

Para fins didáticos, podemos dizer que os socialistas são apenas uma de várias tradições anticapitalistas e anti-imperialistas. E, a depender da época e da sociedade, cada tradição socialista possui características próprias.

Mas como a vida embrulha, aconteceu de uma das tradições anticapitalistas (a socialista) tornar-se tão influente, que Carlos & Frederico tiveram que dedicar um capítulo inteiro do seu famoso *Manifesto comunista* para distinguir as diferentes subespécies do socialismo (o feudal, o burguês, o utópico etc.) existentes nos anos 1840.

Ou seja, tradições anticapitalistas que não eram exatamente socialistas começaram a apresentar-se com esta etiqueta, causando uma confusão dos diabos, agravada quando uma das tradições socialistas (a marxista) tornou-se tão influente, que organizações muito distintas entre si passaram a se apresentar como “marxistas” (termo que o próprio Carlos Marx não apreciava).

Processos similares ocorreriam nas décadas seguintes, daí a profusão de significados e de termos como socialistas, social-democratas, soviéticos, comunistas, leninistas, stalinistas, trotskistas, maoístas, guevaristas, fidelistas, chavistas etc.

Mais ou menos como na Argentina tanta gente diversa entre si reclama ser peronista, no mundo das esquerdas também por vezes parecem existir menos chapéus do que cabeças. O que às vezes atrapalha a compreensão de quem está começando a tomar contato com a fauna e a flora da esquerda mundial.

A alternativa que nos resta, mais uma vez, é sugerir critérios a partir do qual se possa compreender mais facilmente a complexidade.

Entendemos que tal critério deva partir daquilo que está na raiz do socialismo: o capitalismo. Tanto que Marx não escreveu “O comunismo”, e sim *O Capital*.

Nos tempos da acumulação primitiva, grandes lutas sociais foram protagonizadas pelos servos, pelos camponeses livres, pelos artesãos e pelos escravos. Algumas destas lutas podem ser consideradas como antepassadas do movimento socialista, outras não, a depender da presença e da ênfase dada à fraternidade e à igualdade. Outras lutas foram claramente dirigidas pela burguesia (portanto, pelos antepassados dos capitalistas) contra o feudalismo, dando ênfase à liberdade, sem vincular isso com a fraternidade e com a igualdade. Seja como for, as grandes lutas sociais daquela época, tomadas em conjunto e vistas em perspectiva, desembocaram nas chamadas revoluções burguesas.

Dos momentos finais (1848) daquelas revoluções burguesas até o final do século XIX, o movimento da classe trabalhadora ganhou progressivamente uma feição própria.

Uma das causas disso foi a consolidação da grande indústria, que deu origem a uma classe trabalhadora livre dos laços paternalistas característicos do artesanato. Com maior ou menor intensidade, esse fenômeno atingiu especialmente a Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos, Japão e Rússia.

Esse período (1848-1900) foi também de intensa luta política e ideológica, entre as diferentes correntes políticas e ideológicas que disputavam corações e mentes da classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, é óbvio, havia as tradições religiosas, que na maioria das vezes eram correias de transmissão dos interesses da respectiva classe dominante.

Em segundo lugar, havia uma profusão de tendências, atendendo às vezes pelo apelido de seus líderes (blanquistas, lassaleanos, proudhonianos, marxistas), às vezes por um adjetivo que virou nome próprio: trabalhistas, cooperativistas, anarquistas, populistas, social-democratas...

A maioria destes diferentes grupos e tradições esteve unida apenas duas vezes: na Associação Internacional dos Trabalhadores

(1864-1874) e nos anos iniciais da chamada Segunda Internacional (criada em 1889). No restante do tempo, as diferentes famílias socialistas ora enfrentavam-se ora uniam-se de maneira semelhante a como ocorre, hoje, com os diferentes partidos e tendências da esquerda brasileira.

Observando de agora, com a vantagem de olhar a “obra” já feita e desfeita várias vezes, podemos apontar quais foram as correntes mais representativas do período que vai de 1848 até 1917: o cooperativismo, o sindicalismo, o trabalhismo, a social-democracia, o anarquismo e o populismo russo.

O sindicalismo e o cooperativismo têm uma longa história. Ambos correspondem às preocupações e necessidades de amplas camadas da classe trabalhadora, que almejam viver melhor, o que na maior parte do tempo não implica na vontade subjetiva ou na busca prática por superar o capitalismo.

A intervenção política e as definições ideológicas do sindicalismo e do cooperativismo tendem, por isto, a ser mais limitadas, exceto nos momentos em que amplos segmentos da classe trabalhadora radicalizam suas posições.

Quando isto ocorre, há mutações como o “sindicalismo revolucionário” francês e o cooperativismo russo, que em determinado momento converteu-se num instrumento fundamental para organizar a produção e a distribuição no caos posterior à tomada do poder pelos Soviéticos em 1917.

Falemos agora do populismo russo: ele teve origem nos anos 1870 e assumiu variadas formas, entre as quais as principais foram a “ida ao povo” (daí o termo populismo), movimento que levou milhares de jovens a irem viver nas aldeias para tentar politizar o campesinato; o terrorismo, ou seja, a tentativa sistemática de destruir a monarquia russa através do assassinato do Czar e dos nobres; e o Socialismo Revolucionário, expressão político-partidária dos interesses de parcela do campesinato russo.

Um escritor russo chamado Nikolai Tchernichevski escreveu um romance que retrata a juventude populista russa: *Que fazer?*

Um desses jovens populistas, Alexandre Ulyanov, acusado de tentar assassinar o Czar russo, foi enforcado. Seu irmão, Vladimir Ulyanov, mais conhecido como Lenin, não era populista. Mas uma de suas obras mais conhecidas chamou-se exatamente *Que fazer?*

Os populistas russos acreditavam que seria possível construir o socialismo sem passar pelo capitalismo, tomando como ponto de apoio as tradições coletivistas do campesinato russo.

O debate inaugurado pelos populistas é muito importante, já que todas as revoluções socialistas do século XX ocorreram em países em que o capitalismo estava pouco desenvolvido. Portanto, países em que era fundamental esclarecer a diferença entre comunismo e socialismo, estabelecer quanto de capitalismo poderia existir na transição socialista, afugentar a tentação de construir o socialismo sem passar pelo capitalismo, assim como a ilusão de que o desenvolvimento do capitalismo *em si* contribuiria com a luta futura pelo socialismo. Sobre alguns destes assuntos, há uma interessante troca de cartas entre Carlos Marx e uma revolucionária russa chamada Vera Zasulich (1849-1919).

Os populistas tiveram muitos pontos de contato com o anarquismo, caracterizado por opor-se à participação dos trabalhadores nas instituições da democracia burguesa. Daí a defesa da ação direta, da organização pela base e a visão negativa acerca do Estado, inclusive de um Estado revolucionário.

A grande figura do anarquismo foi Bakunin, e o anarquismo foi influente na Rússia até 1917. Depois seguiu sendo uma corrente influente em países de capitalismo pouco desenvolvido, como a Espanha. O anarquismo não necessariamente é de orientação socialista, seguindo presente em todo o mundo e apresentando-se de variadas e divergentes maneiras.

Os anarquistas fizeram parte da Associação Internacional dos Trabalhadores, onde travaram uma dura disputa contra a orientação imprimida por Carlos Marx. Anos depois, os anarquistas integrariam a Segunda Internacional, de onde foram expulsos pela maioria social-democrata.

O primeiro partido social-democrata de que se tem notícia atuou na revolução francesa de 1848, tendo sido muito criticado por Carlos Marx. Por este motivo, tanto ele quanto Engels acharam péssima ideia dar o nome de “social-democrata” ao partido criado em 1875, como resultado da fusão de duas correntes do movimento operário alemão, uma vinculada ao próprio Marx e outra vinculada a Lassale, importante liderança da época.

Apesar da oposição de Marx e Engels, o nome foi mantido e o Partido Social-Democrata Alemão (PSDA) tornou-se o mais forte partido socialista da Europa. Até 1914, ser marxista e ser socialista era praticamente sinônimo de social-democrata.

Embora houvesse polêmicas duríssimas nos partidos social-democratas, foi preciso uma guerra mundial para que as diferentes tendências existentes no interior da social-democracia se cindissem de maneira definitiva.

A partir de 1918, parte minoritária da social-democracia rompeu, geralmente para formar partidos comunistas. Entre eles, o mais famoso foi o Partido Comunista Russo, nome adotado pelo antigo Partido Operário Social-Democrata Russo (fração bolchevique), liderado por Vladimir Lenin.

A maior parte da social-democracia, entretanto, recusou o comunismo. Nos anos 1950, o Partido Social-Democrata Alemão abandonará formalmente o marxismo e o socialismo, convertendo-se oficialmente em defensor do capitalismo com estado de bem-estar social. Nos anos 1990, parte do SPD adere a concepções social-liberais. Então um setor minoritário rompe e ajuda a criar a *Linke* (palavra que designa esquerda em alemão).

O trabalhismo (*Labour*), surgido do sindicalismo inglês, de certa forma antecipou em várias décadas os dilemas e as opções feitas pela social-democracia: por um lado, buscava defender os interesses da classe trabalhadora, por outro lado, assumia compromissos profundos com o capitalismo.

No caso da Inglaterra, como não existe nenhum outro partido de esquerda com influência de massas, até hoje convivem no *Labour*

correntes pró-capitalistas (como a liderada por Tony Blair) e correntes pró-socialistas (como a liderada por Jeremy Corbin). O mesmo ocorre em outros importantes partidos social-democratas e socialistas na Europa.

No Brasil, existe um Partido Trabalhista e um Partido Social-Democrata, mas apesar dos nomes, as origens e a história são essencialmente diferentes. Os tucanos nunca tiveram base na classe trabalhadora e nunca foram de esquerda. Já os trabalhistas surgiram por iniciativa do governo Vargas em 1945 e, depois da ditadura militar, foram colonizados pela direita.

O sindicalismo, o cooperativismo, o populismo russo, o anarquismo, o trabalhismo e a social-democracia foram as principais correntes do movimento socialista até a Revolução Russa de 1917.

Em 1918, foi formado o Partido Comunista Russo, em 1919 foi criada a Internacional Comunista e a partir de então surgem partidos comunistas mundo afora, como na China em 1921 e no Brasil em 1922.

O comunismo tem três diferenças importantes frente às demais tradições: uma vinculação com a Revolução Russa e com o Estado Soviético (e, posteriormente, com outros “Estados socialistas”); uma presença mais expressiva na periferia do mundo, onde o capitalismo se apresentava principalmente enquanto imperialismo; e uma preocupação (nem sempre consistente com a prática) muito forte com a teoria, mais exatamente com a difusão das ideias de Marx e de Lenin (e, posteriormente, dos que eram considerados ou se pretendiam sucessores, como é o caso de Josef Stalin e Leon Trotsky).

Os comunistas participaram de todas as tentativas de transição socialista ocorridas durante o século XX. Como nenhuma delas chegou ao fim, a constatação é de que – mesmo onde os comunistas estavam no governo e no poder – nunca existiu nenhuma sociedade comunista pós-capitalista.

Por outro lado, a partir da Revolução Russa de 1917, o socialismo deixou de ser apenas um movimento político-social com variadas facetas e um conjunto diversificado de tradições ideológicas. Passaram a existir sociedades que afirmavam estar construindo o socialismo.

Desde o início, este foi um tema polêmico. Como explicamos, a tradição populista russa acreditava ser possível construir o socialismo mesmo onde o capitalismo ainda não estava desenvolvido, tomando como ponto de apoio as tradições coletivistas do campesinato.

A tradição social-democrata russa discordava dos populistas e considerava que na Rússia deveria ocorrer uma revolução burguesa. Na tradição social-democrata, entretanto, conviviam duas posições: uma que acreditava que era preciso esperar a revolução burguesa consolidar-se, para posteriormente lutar pelo socialismo; e outra que acreditava que era possível “apressar” o processo, radicalizando a revolução burguesa para que ela rapidamente se concluísse, dando passo à etapa seguinte.

Esta segunda posição era a defendida oficialmente pelo POSDR (bolchevique), que, em aliança com parte dos socialistas revolucionários e parte dos anarquistas, tomou o poder em outubro de 1917.

Entretanto, contudo, todavia... os bolcheviques tinham consciência de que a Rússia era um país muito atrasado, tanto do ponto de vista político quanto econômico. Para enfrentar esse problema, eles contavam com que a Revolução Russa fosse a primeira de várias, que países como a Alemanha se converteriam em prazo mais ou menos curto em socialistas, e que estes países economicamente mais avançados viriam em socorro da Rússia revolucionária.

Mas não foi isso o que ocorreu. A URSS permaneceu isolada durante mais de 25 anos. A segunda grande revolução ocorreria apenas em 1949, na China. Sem dúvida este foi um dos motivos pelos quais o socialismo na Rússia foi realizado em condições muito difíceis e apresentou várias características que muita gente considera pouco agradáveis: o isolamento internacional, combinado ao atraso econômico e político, num país devastado pela Guerra Mundial e por uma guerra civil que durou de 1918 até 1921.

Agregam-se outros dois problemas: a classe trabalhadora russa tivera pouco tempo para conviver com as liberdades democráticas e os comunistas russos tinham ideias muito genéricas sobre o que poderia ser, efetivamente, o socialismo.

Eles tinham claro tratar-se de uma etapa de transição entre o capitalismo e o comunismo, em que parcelas importantes dos meios de produção deveriam ser colocadas sob controle social, em que o Estado teria de ser de novo tipo (não mais representando a minoria contra a maioria, mas sim convertendo-se em instrumento da maioria contra a minoria), em que a classe trabalhadora deveria se converter em dominante.

Certas ou erradas, essas concepções e outras do gênero eram absolutamente insuficientes para enfrentar os problemas políticos e econômicos concretos, fato que Lenin percebeu muito rapidamente, para seu mais absoluto desespero. Desespero agravado pela carência de quadros políticos e técnicos capacitados para conduzir o Estado. Na ausência deles, o governo revolucionário foi sendo obrigado a aceitar a crescente contribuição de quadros do antigo regime; e foi sendo obrigado a promover recém-chegados, que muito rapidamente mimetizavam alguns dos piores defeitos da burocracia e da classe dominante que antes governavam a Rússia.

Os últimos meses de vida de Lenin foram gastos tentando achar uma maneira de contornar o triplo problema do atraso político, do atraso econômico e do isolamento. Este último foi mais fácil de contornar, ao menos em parte, uma vez que a Revolução Russa magnetizou amplos setores dos povos do “Oriente”, que viam no bolchevismo uma espécie de desenvolvimentismo anti-imperialista.

Desde o princípio, o governo soviético dirigido pelos bolcheviques foi criticado por outros setores do movimento socialista, dentro e fora da Rússia. Na Alemanha, por exemplo, as críticas vieram tanto de Rosa Luxemburgo quanto de Carlos Kautsky e Friedrich Ebert, que encabeçavam – respectivamente – a “esquerda”, o “centro” e a “direita” do Partido Social-Democrata.

As maiores críticas provieram das esquerdas dos países capitalistas mais desenvolvidos, exatamente aquelas que por diversos motivos não conseguiram ou não tentaram ou não tiveram a oportunidade de tomar o poder em seus próprios países. Já nos países da periferia do

mundo, o socialismo soviético, com todas as suas limitações e problemas, era visto por amplos setores essencialmente como um aliado e como uma alternativa.

Seja como for, o socialismo soviético, sob qualquer uma de suas formas e em todas as suas etapas, nunca foi unanimidade entre as diferentes correntes socialistas. O mesmo ocorreu com as tentativas resultantes de revoluções (ou tomadas de poder não revolucionárias) posteriores. E o mesmo ocorre hoje com as experiências que seguem reivindicando serem socialistas: a China, o Vietnã, Cuba e Coreia do Norte.

Guardadas as devidas proporções, tampouco há unanimidade quanto às experiências de “Bem-Estar Social” impulsionadas sob pressão, influência e/ou direção de partidos social-democratas. Nem, é bom antecipar, há consenso no que diz respeito às experiências de socialismo latino-americano deste início do século XXI.

O que pode ser dito a respeito destas experiências, de conjunto?

Que a sua existência, com todos os seus defeitos e limitações, impôs derrotas ou obrigou o capitalismo a fazer concessões no terreno das liberdades democráticas, nos direitos das mulheres, na opressão colonial, nos direitos civis (por exemplo, dos negros nos Estados Unidos), nos temas da guerra e da paz e principalmente nos direitos econômico-sociais da classe trabalhadora.

Seja onde assumiu formas revolucionárias, seja onde assumiu formas reformistas; seja onde foi claramente anticapitalista, seja onde enfatizou o anti-imperialismo, o socialismo foi durante todo o século XX um fator fundamental para impor limites civilizatórios ao capitalismo.

Mesmo hoje, a existência da República Popular China (criticada e apresentada por muitos setores da esquerda tido supostamente como um capitalismo brutal sob uma ditadura de partido único) constitui um contrapeso à influência do unilateralismo imperial dos Estados Unidos.

Talvez o maior símbolo do caráter civilizatório do socialismo no século XX tenha sido o papel da União Soviética na derrota da barbárie nazifascista. E a contraprova mais conclusiva disto é o crescimento da barbárie depois que o socialismo soviético e a social-democracia foram

atropelados por suas contradições internas e pela ofensiva neoliberal dos anos 1990.

As vitórias e as derrotas do socialismo do século XX tanto desmentiram quanto confirmaram as análises feitas por Carlos & Frederico, desde 1848 até sua morte (Marx em 1883, e Engels em 1895).

Uma pequena história pode explicar isso melhor. Em 1917, um socialista italiano chamado Antonio Gramsci não teve dúvida em afirmar que a Revolução Russa era uma revolução contra O Capital. Com isso, ele queria dizer que a revolução, por um lado, derrotava os capitalistas, por outro lado, desmentia a previsão de Marx de que as revoluções socialistas vitoriosas ocorreriam naqueles países onde o capitalismo estivesse mais desenvolvido.

A rigor, Marx fez várias e contraditórias afirmações a respeito. Mas uma coisa é certa: no Prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* ele disse e nunca desdisse que “uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para o resolver já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer”.

Se prestarmos atenção a este raciocínio, veremos que o colapso do socialismo soviético foi uma dupla vingança: do Capital enquanto modo de produção e de *O Capital*, principal obra de Marx. Por um lado, uma vitória dos capitalistas. Por outro lado, o reconhecimento de que Marx estava certo ao apontar que a predominância de “relações de produção novas e superiores” dependeria de “condições materiais de existência”.

Isso explica, é bom dizer, boa parte da obsessão que os comunistas chineses têm como os temas da ciência, da técnica, da tecnologia, da produtividade e da eficiência econômica.

Ao contrário dos soviéticos – inseridos numa polarização que empurrava em sua direção os inimigos e as vítimas do campo capitalista liderada pelos EUA – a postura oblíqua dos comunistas chineses, bem como o caráter insular e milenar de sua civilização, faz com que a China pós-reformas de 1978 não tenha condições nem pretensão de converter-se em “farol” nem “modelo” para a maior parte do movimento socialista (evidentemente, descontados os 70 milhões de filiados no PCCh).

Isso ajuda a entender por qual motivo, no início do século XXI e do terceiro milênio, as diferentes tradições socialistas voltaram sua atenção para o que estava ocorrendo na América Latina e Caribe, especialmente na América do Sul.

Quinhentos anos depois de tanto contribuir para a acumulação primitiva de capital, teria chegado a hora do socialismo na Nossa América *Nuestra*?

O socialismo nas Américas

Soy, soy lo que dejaron/Soy toda la sobra de lo que se robaron/Un pueblo escondido en la cima/Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima/Soy una fábrica de humo/Mano de obra campesina para tu consumo.

Os versos acima, da música *Latinoamérica* do porto-riquenho Calle 13, resume a questão: o continente americano, tomado de conjunto, foi ao mesmo tempo engorda e laboratório para o nascente capitalismo.

Ao Norte, em parte das Treze Colônias, houve um enxerto exitoso do capitalismo que simultaneamente expandia-se na Inglaterra. Depois da revolução anticolonial de 1776, os Estados Unidos seguiram espalhando-se por um território gigantesco e rico, comprando ou roubando pedaços de países vizinhos, destruindo numa brutal Guerra Civil a concorrência do escravismo confederado, ocupando terras indígenas, avançando sobre antigas colônias da Espanha, construindo um capitalismo sem limites, convertendo-se na potência que após a Segunda Guerra e até hoje hegemônica e perturba o mundo.

Ao Sul, do rio Bravo até a Patagônia, os colonizadores saquearam o que havia de riquezas acumuladas. Depois continuaram a exploração sob outras formas, com destaque para as famosas *plantagens*, uma engenhosa combinação entre latifúndio, monocultura e trabalho escravo explorado em ritmo quase industrial.

Durante pelo menos 300 anos, a região foi drenada através de relações de produção híbridas cuja denominação e caracterização até hoje provocam dores de cabeça nos especialistas: feudalismo? Escravismo colonial? Capitalismo?

A influência da vitoriosa Guerra de Independência dos EUA e os impactos da Revolução Francesa ajudaram a destruir o antigo sistema colonial. Desse processo, emergiram situações muito distintas, desde a revolta vitoriosa dos escravos do Haiti, passando pelas guerras de libertação contra Espanha, até chegar a transação monárquica ocorrida no Brasil. Ao final, a pujança ficou ao norte do rio Bravo. Ao sul, a influência

da Inglaterra (e também dos Estados Unidos) condicionou o desenvolvimento do capitalismo àquilo que fosse compatível com a dinâmica das metrópoles imperialistas.

Como resultado, a luta da classe trabalhadora e o movimento socialista das diferentes regiões do continente seguiram dinâmicas muito diferentes.

Nos Estados Unidos, ocorreram imensas lutas políticas e sociais, que no limite foram contidas e absorvidas pela combinação entre três fatores: a repressão brutal, a excessiva heterogeneidade da classe trabalhadora e a dinâmica expansiva do capitalismo. No restante do continente, a repressão foi certamente mais brutal, mas as características da classe trabalhadora e os efeitos deletérios do imperialismo potencializaram as alternativas contestatórias.

O México nos anos 1910 e o Brasil nos anos 1920 viveram situações revolucionárias com desfechos distintos, mas com sentidos similares: a consolidação de capitalismo nacionais. A crise dos anos 1930 empurrou outros países da região no mesmo rumo.

Principalmente depois da Segunda Guerra, as lutas indígenas e camponesas, combinadas com a agitação dos setores médios, passaram a contar com um novo aliado: uma classe trabalhadora urbana, produto da ampliação do parque industrial e sob crescente influência trabalhista, socialista e comunista.

Como resultado, cresceram também os conflitos e as polarizações na região, bem como da região com os Estados Unidos. Exemplos disto são os governos Peron (1946-1955) e Vargas (1950-1954), a revolução boliviana de 1952 e o governo de Jacob Arbenz na Guatemala (1951-1954). Entretanto, todas as tentativas de desenvolvimento democrático do capitalismo esbarravam na aliança entre as classes dominantes locais e seus aliados gringos.

A vitória da Revolução Cubana em 1959 e sua afirmação socialista em 1961 abriram para a região uma nova perspectiva, segundo a qual o desenvolvimento autônomo suporia uma ruptura não apenas com o imperialismo, mas também com o capitalismo. O que teria ocorrido com

Cuba em 1959, se não houvesse a União Soviética, nunca saberemos. Mas sabemos o que ocorreu depois que a URSS acabou: dificuldades, limitações, mas persistência de um povo que preza sua cultura e sua soberania.

Ademais, a Revolução Cubana constituiu um ótimo exemplo do ecletismo político e ideológico da classe trabalhadora nos diferentes países da América Latina. Como resultado do desenvolvimento tardio e dependente do capitalismo, aqui o socialismo combinou-se de variadas formas com o nacionalismo, com o desenvolvimentismo, com o populismo, com o liberalismo, com tradições indígenas e africanas, com a religiosidade latino-americana e caribenha. Em resumo: a pomba branca que pousou no ombro de Fidel Castro em janeiro de 1959 sabia muito bem o que estava fazendo!

Os Estados Unidos e as classes dominantes latino-americanas e caribenhas reagiram violentamente contra a Revolução Cubana. O medo de contágio só teve equivalente no pavor que o Haiti provocara nos senhores de escravos no início do século XIX.

A partir de 1964, com o golpe militar no Brasil, as ditaduras convertem-se na regra, esmagando as tentativas que emulavam, que podiam emular ou que tinham alguma simpatia ou respeito pela experiência cubana. Nas palavras do gorila ibérico Saint-Jean, na época general e governador da província de Buenos Aires: “primeiro mataremos todos os subversivos; depois seus colaboradores; depois os indiferentes e por último os tímidos”.

Em toda a América Latina, apenas na Nicarágua ocorreria uma revolução vitoriosa baseada na guerra de guerrilhas. Nos demais países, a guerrilha foi contida (El Salvador, Guatemala, Colômbia) ou esmagada (Uruguai, Argentina, Brasil).

Nesse contexto, os governos de Velasco Alvarado (1968-1975) no Peru e de Salvador Allende (1970-1973) no Chile – assim como o governo *de fato* de Omar Torrijos no Panamá – constituem exemplo de duas outras vias seguidas pelos setores populares: os governos militares progressistas e a via eleitoral para o socialismo. Mas estes ensaios, assim como as tentativas de luta armada, terminaram engolidas por suas con-

tradições internas, combinadas com as vagas sucessivas das ditaduras, do neoliberalismo e da crise do socialismo soviético.

Nos anos 1990, quando o ciclo neoliberal dava sinais de esgotamento, vários setores da esquerda latino-americana começaram a percorrer – consciente ou inconscientemente – um caminho similar ao trilhado pela Unidade Popular do Chile de 1970-1973.

Partidos de orientação socialista ganharam eleições e passaram a governar a Venezuela, o Brasil, o Uruguai, o Equador, a Bolívia, a Nicarágua e El Salvador. No Chile, o Partido Socialista fez parte do governo nacional desde 1990 até hoje (exceto no período 2010-2014). Atualmente, o Partido Comunista de Chile também integra o governo nacional daquele país.

Na Argentina, parcela da esquerda socialista apoiou e participou dos governos Nestor e Cristina Kirchner. O mesmo ocorreu, por breves períodos, nos governos do Paraguai, Honduras, Peru e Guatemala. Noutros países da região, integrantes da esquerda socialista converteram-se em segunda força eleitoral. E na Colômbia, as guerrilhas mantiveram relevância, levando o governo local a promover negociações que levaram ao acordo assinado em junho de 2016.

A nova correlação de forças aberta a partir de 1998 fez o socialismo voltar a fazer parte do debate político. Socialismo bolivariano, andino, bem-viver, cidadão, cristão... as denominações são variadas. E embora as transformações efetivamente realizadas não tenham a profundidade daquelas ocorridas em Cuba a partir 1959, a palavra revolução voltou a frequentar os palácios de governo e, também, os pesadelos das elites.

Criou-se durante alguns anos um novo ambiente, que parecia apontar para a superação de uma triste tripla herança: colonial, desenvolvimentista conservadora e neoliberal. Ao lado disso, a integração regional parecia criar uma retaguarda estratégica tanto para os que pretendiam reformar o capitalismo quanto para os que pretendiam avançar rumo ao socialismo. E os BRICS pareciam ser um aliado de última instância que, na pior das hipóteses, mantinha ocupado o imperialismo dos Estados Unidos.

Mas o “plano de voo” esboçado no parágrafo anterior não resistiu ao impacto combinado da crise internacional de 2008, da contraofensiva

liderada pelos Estados Unidos sob Obama, do avolumar das contradições internas aos chamados “governos progressistas e de esquerda” e dos acertos das forças de direita.

Como resultado, em 2016 a correlação de forças regional se aproxima da existente antes de 1998. A direita venceu as eleições presidenciais na Argentina, as eleições legislativas na Venezuela e um referendo na Bolívia, além de implementar um golpe jurídico-parlamentar no Brasil. Tudo indica que a contraofensiva prosseguirá mais um pouco.

Talvez por isso o Foro de São Paulo, organização que reúne partidos de esquerda de toda América Latina e Caribe, finalizou no dia 26 de junho de 2016 seu 22º Encontro citando a Segunda Declaração de La Habana, de 1962. Como poderia ter citado Calle 13: *Vamos caminando/Aquí estamos de pie/¡Que viva la América!/No puedes comprar mi vida.*

A questão de fundo é: mais uma vez a aliança entre as classes dominantes locais e o imperialismo está tendo êxito em bloquear as tentativas de transformar, sem guerra civil nem revolução, as sociedades latino-americanas. E, mais uma vez, uma batalha decisiva é travada no Brasil.

O socialismo no Brasil

Há quem ache meio exagerada a letra do “Canto das três raças”, de Clara Nunes: *E ecoa noite e dia/É ensurdecedor/Ai, mas que agonia/O canto do trabalhador/Esse canto que devia/Ser um canto de alegria/Soa apenas/Como um soluçar de dor.*

Mas o fato é que a história do Brasil não é bolinho: temos mais tempo de colônia do que de país independente; mais tempo de monarquia do que de república; mais tempo de escravidão do que de trabalho livre; mais tempo de ditadura do que de democracia. Aqui o desenvolvimento do capitalismo se fez sem revolução, em associação com o latifúndio e o imperialismo. E toda vez que uma ruptura popular aparecia como possibilidade no horizonte, um setor das elites se adiantava e fazia a revolução antes que o povo. Como em 1930. Ou uma contrarrevolução preventiva, como em 1964.

Neste ambiente, anarquistas, socialistas e comunistas foram vítimas de repressão quase permanente. Tirante um breve período nos anos 1920 e outro nos anos 1940, só a partir de 1986 todos os partidos de esquerda puderam ter vida legal. Em 2016, os seguintes partidos legalmente registrados reivindicam fazer parte da tradição socialista: o Partido dos Trabalhadores, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido do Socialismo e da Liberdade (PSOL), o Partido Comunista do Brasil (PCDoB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e o Partido da Causa Operária (PCO). Além disto, há organizações sem registro legal que reivindicam a condição de integrantes da tradição socialista.

Mas esta legalidade institucional convive com uma repressão permanente contra a organização independente dos trabalhadores, especialmente contra o movimento camponês, contra mulheres, jovens, negros e contra os moradores das periferias urbanas.

A repressão contra a classe trabalhadora não é um acidente, nem um comportamento patológico das elites. Foi graças a ela que o

capitalismo brasileiro cresceu tanto e tão rápido, especialmente entre 1930 e 1980. Foi este crescimento, por outro lado, que fortaleceu a classe trabalhadora, que irrompeu no final dos anos 1970, obrigou a ditadura militar a fazer uma retirada organizada e transformou a década dos 1980 num paradoxo: anos de profunda crise econômica e social, mas também anos de ascensão política e ideológica das classes trabalhadores, das organizações populares e dos partidos de esquerda.

Para citar alguns fatos: em 1979 é reorganizada a União Nacional dos Estudantes, em 1980 é criado o PT, em 1983 é fundada a Central Única dos Trabalhadores, em 1986 teve início o Movimento Sem Terra, em 1987 o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil já estão atuando na legalidade, em 1988 a esquerda elegeu prefeitos em cidades que reúnem 1/3 do produto interno bruto nacional e grande parte da população.

Em 1989, Lula disputou o segundo turno presidencial e chegou “quase lá”, numa performance impressionante em si mesma e também porque foi contemporânea à *débâcle* do socialismo de tipo soviético, ocorrida entre 9 de novembro de 1989 (queda do Muro de Berlim) e 25 de dezembro de 1991 (fim da URSS).

O otimismo, no final dos anos 1980, era tão grande, que a crise do socialismo soviético foi encarada, por grande parte da esquerda brasileira, como parte de um movimento de renovação do socialismo.

Quem ousasse dizer o contrário corria o risco de ser acusado de saudosista, de nostálgico ou de ter pouco autocrítica ou simplesmente de ser anatemizado como “stalinista”, “palavrão” que se usava com abundância proporcional à falta de reflexão acerca do significado do termo.

O otimismo resistiu à derrota de 1989 e esteve presente pelo menos até as eleições presidenciais de 1994, quando Lula foi derrotado ainda no primeiro turno pelo social-democrata Fernando Henrique Cardoso.

Só então ficaram claros os efeitos deletérios combinados da ofensiva neoliberal, do unilateralismo dos EUA e da crise do socialismo soviético. A correlação de forças internacional e a vida da classe trabalhadora mudaram para pior e parcelas do movimento socialista brasileiro também haviam mudado.

Não foram mudanças uniformes, até porque a esquerda brasileira não é nem nunca foi homogênea, representando diferentes setores sociais e expressando diferentes visões político-ideológicas. Mas é possível dizer que alguns mudaram de vida, outros de ponto de vista, outros de lado.

Entre as mudanças nas condições de vida da classe trabalhadora, podemos destacar:

1) a destruição e fragmentação do parque produtivo e a consequente redução, dispersão e fragmentação da classe trabalhadora assalariada, seja de sua fração industrial, seja de seus setores comerciais e de serviços;

2) a constituição de uma imensa massa humana que não encontrava opções para vender sua força de trabalho, sendo muitas vezes obrigada a sobreviver de expedientes miseráveis;

3) a cooptação de parcelas melhor remuneradas da classe trabalhadora, inclusive de amplos setores da intelectualidade profissional (professores, comunicadores, artistas) pelo modo de vida e pensamento neoliberal;

4) a renovação geracional da classe trabalhadora, num contexto de enfraquecimento da consciência e da solidariedade de classe;

5) um tipo de política que *americanizava* as eleições e *domesticava* paulatinamente parte das esquerdas.

Entre as mudanças que afetaram principalmente a militância e suas organizações, podemos citar:

1) o questionamento acerca do papel protagonista da classe trabalhadora e, de maneira mais ampla, acerca do papel das classes e da luta de classes no funcionamento e na transformação da sociedade brasileira.

2) o questionamento acerca do papel dos sindicatos e dos partidos políticos, bem como do significado mesmo dos conceitos de “esquerda” e de “vanguarda”.

3) a progressiva substituição do socialismo pelo *desenvolvimento* como ideia estruturante do pensamento de parte da esquerda brasileira, que adota como seu programa máximo o capitalismo.

4) também em alguns setores da esquerda, a “revolução política e social” e as “reformas estruturais” foram sendo deixadas de lado, restando exclusivamente a defesa de políticas públicas a serem implantadas por governos eleitos nos marcos de democracias eleitorais.

6) as grandes interpretações e narrativas típicas da tradição socialista foram sendo progressivamente substituídas, ou por visões vinculadas à tradição liberal-democrática e à conservadora, ou por uma fragmentação às vezes irracionalista.

Este conjunto de mudanças certamente contribuiu para retardar a vitória da esquerda nas eleições presidenciais. Mas o mais importante é que, quando a vitória ocorreu (em 2002), tanto a classe trabalhadora como a esquerda socialista eram diferentes daquelas que disputaram e quase venceram as eleições de 1989.

A *flexibilização sem traição* permitiu à esquerda brasileira vergar como junco – ou seja: sem quebrar – conseguindo manter e ampliar sua força social e institucional ao longo dos anos 1990 e, assim, ganhar a presidência da República em 2002.

Por outro lado, esta mesma *flexibilização sem traição* reduziu a capacidade da esquerda brasileira desejar, liderar e conseguir realizar transformações mais profundas na sociedade.

Acontece que a citada *flexibilização* correspondeu a uma ampliação da hegemonia burguesa, tanto na classe trabalhadora quanto em vastos setores da esquerda, que incorporaram horizontes programáticos, paradigmas explicativos, prioridades políticas, métodos de financiamento, padrões de funcionamento e estilos de democracia interna típicos dos chamados partidos tradicionais.

O dano mais grave que isso causou foi no terreno cultural, especificamente em nossa capacidade de compreender a realidade e de criar um pensamento à altura das necessidades e dos problemas do Brasil do século XXI. Vejamos então as resoluções aprovadas a respeito do socialismo pelo Partido dos Trabalhadores.

O socialismo petista

Num dos desenhos de Henfil, a Graúna, o Bode e Zeferino saem à busca da esperança e depois de muito procurar encontram... eles mesmos. Aí os desenhos olham para nós e dizem:

Cangaceiro Zeferino: “será que entenderam?”

Bode Orelana: “Sei não, sei não!”

Graúna: “Tem um leitor ali que tá dando um sorriso inteligente”.

Foi principalmente em torno deste tipo de visão que o PT estruturou sua proposta de socialismo: a democracia, a participação, o caminho que se faz ao andar.

Esta embocadura tinha imensa força num país que ainda vivia sob ditadura militar. Dialogava com o nível de consciência da militância que estava brotando das lutas, parte delas formada por uma mistura da Teologia da Libertação, da Pedagogia de Paulo Freire e de variadas esquerdas críticas ao “stalinismo”. E, claro, tinha a vantagem de deixar em suspenso e remeter para o futuro debates mais complexos.

Ao longo dos anos 1980, especialmente nas resoluções do 4º encontro (1986), do 5º encontro (1987) e do 6º encontro (1988), o PT arriscou dar um passo além e começou a esboçar uma análise do capitalismo brasileiro.

Ao fazer isso, o PT foi definindo seu lugar nos debates clássicos da esquerda brasileira. Ao defender como seu objetivo estratégico o socialismo, demarcava com o “etapismo” característico do Partido Comunista: não se tratava de primeiro desenvolver o capitalismo para depois lutar pelo socialismo. Ao mesmo tempo, ao defender um programa democrático popular, incorporava bandeiras e metas que a esquerda comunista, democrática, trabalhista e nacionalista defendia, como a reforma agrária.

Além das definições programáticas, o PT começou a explicar como – no plano da luta política concreta – seria o caminho brasileiro para o socialismo, baseado na articulação da luta social, da luta institucional,

da luta cultural e da organização da classe trabalhadora. Um caminho chileno, mas com final feliz.

Aí vieram a derrota de 1989 e o colapso do socialismo soviético. E, também, o guinada liberal da social-democracia europeia. O PT iniciou um debate a respeito, que encontrou uma primeira síntese coletiva numa resolução denominada “O socialismo petista”, aprovada pelo 7º encontro (1990).

Escrito num tom elegante, esta resolução desenvolve em detalhe a ideia de que o PT recolhia ensinamentos das mais variadas tradições socialistas, brasileiras e internacionais, mas buscava construir um caminho próprio. Para dizer em outras palavras, o PT era (ou pretendia ser) pós-social-democrata e pós-comunista.

Podemos concordar ou discordar das afirmações contidas na resolução “O socialismo petista”, mas seguramente ela contribuía para a continuidade do debate acerca do socialismo, num mundo e num Brasil muito diferentes.

Entretanto, os próximos encontros e congressos do PT, entre 1990 e 2007, não conseguiram produzir este debate, nem resultaram em resoluções da qualidade daquela do 7º encontro. O Partido dos Trabalhadores concentrou suas energias em outras discussões e outros objetivos, que não o socialismo e a estratégia para alcançá-lo. Fenômeno semelhante ocorreu com outras organizações socialistas, no Brasil e no mundo.

Em 2007, embalado pelo ambiente mais arejado do segundo mandato de Lula, o 3º congresso do PT aprovou um conjunto de resoluções acerca do socialismo.

Mais uma vez, a democracia é tratada como o elemento estruturante do socialismo: “A luta do PT contra a ditadura, pela democratização da sociedade brasileira esteve na origem de nossas convicções anticapitalistas, na medida em que a democracia é incompatível com a injustiça e a exclusão social, com a fome, a violência, a guerra e a destruição da natureza.”

Uma novidade importante é o duplo reconhecimento de que “as chamadas ‘revoluções de veludo’, no Leste Europeu, e a posterior

dissolução da URSS, não propiciaram uma renovação democrática do socialismo, serviram de base para instauração de um capitalismo selvagem que atacou duramente as conquistas sociais que os trabalhadores haviam anteriormente obtido naqueles países. Por outra parte, as experiências social-democratas europeias, desenvolvidas em um período de forte expansão capitalista, abandonavam pouco a pouco o ideário reformista anterior e iniciavam o desmonte do Estado de Bem-Estar Social construído no pós Segunda Guerra Mundial.”

A questão principal, contudo, era esclarecer quais vínculos existiam (ou deveriam existir) entre nossa presença no governo federal e nosso objetivo socialista. A este respeito, as resoluções do 3º congresso do PT afirmam o seguinte: “a conquista de uma nação soberana e democrática é parte integrante da luta pelo socialismo em nosso país [...] A superação do neoliberalismo no plano das ideias, mas, sobretudo, por meio de alternativas concretas, é de fundamental importância para clarificar nosso horizonte pós-capitalista, hoje obscurecido pelos impasses do pensamento e das práticas do socialismo”.

Estas afirmações constituam uma importante demarcação, não apenas com quem imaginava que o socialismo já não fazia parte dos objetivos estratégicos do PT, mas também com quem interpunha uma “muralha da China” entre a luta contra o neoliberalismo e a luta pelo socialismo.

Entretanto, a resolução não explicava de que maneira uma poderia desembocar na outra. Como se pode constatar da leitura dos parágrafos a seguir, há uma descrição de metas, propósitos e princípios. Mas não há uma discussão sobre como articular, concretamente, um governo no capitalismo com uma estratégia socialista. Vejamos trechos da resolução do 3º congresso do PT:

“Mantendo um diálogo crítico com a social-democracia e com os partidos comunistas, o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido, como um processo de construção teórica e política. Parte importante de nossa crítica ao capitalismo e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos dos socialismos do século XX foi resumida no

documento O Socialismo Petista, aprovado no 7º Encontro do partido, em 1990. Essa reflexão se enriqueceu no contato que mantivemos com dezenas de partidos e organizações do mundo inteiro, especialmente da América Latina que, como nós, realizavam um esforço de repensar uma alternativa pós-capitalista. Mas se enriqueceu, sobretudo, com as lutas sociais e as experiências parlamentares, nos governos municipais e estaduais que conquistamos, no diálogo permanente com as melhores tradições da cultura brasileira.”

“Diferentemente de muitas vertentes hegemônicas no século XX, o socialismo petista não tem uma matriz política ou filosófica única, abrigando ampla pluralidade ideológica no campo da esquerda. Associa a luta contra a exploração econômica ao combate a todas as manifestações de opressão que permeiam as sociedades capitalistas e que – segundo mostrou a experiência histórica – persistiram, e até mesmo se aprofundaram – nas sociedades ditas socialistas.”

“Por ser libertário, o socialismo petista se insurge contra todas as formas de discriminação de gênero, étnica, religiosa e/ou ideológica, em relação aos portadores de deficiência, às opções sexuais, às preferências artísticas, aos jovens e aos velhos, enfim, às diferenças que marcam as sociedades humanas.”

“Para o socialismo petista, a democracia não é apenas um instrumento de consecução da vontade geral, da soberania popular. Ela é também um fim, um objetivo e um valor permanente de nossa ação política. O socialismo petista é radicalmente democrático por que exige a socialização da política. Isso implica na extensão da democracia a todos e na articulação das liberdades políticas – individuais e coletivas – com os direitos econômicos e sociais.”

“O socialismo petista é defensor do irrestrito direito de expressão e de manifestação, pelo acesso aos bens materiais e simbólicos, à cultura e as condições de produção do conhecimento. Alicerça-se sobre a defesa e a ampliação dos Direitos Humanos. Propugna, enfim, o respeito ao Estado democrático de direito e a combinação da democracia

representativa com a construção de um espaço público que garanta formas de participação cidadã capazes de garantir o controle do Estado pela sociedade. O socialismo petista implica práticas republicanas inseparáveis da democracia.”

“O socialismo petista pressupõe a construção de uma nova economia na qual convivam harmonicamente crescimento com distribuição de renda. Para tanto, é fundamental reabilitar o papel do Estado no planejamento democrático da economia. O socialismo petista admite a coexistência de várias formas de propriedade: estatal, pública não estatal, privada, cooperativas e formas de economia solidária. No caso brasileiro, ganha especial importância o aprofundamento da reforma agrária e a relação a ser estabelecida entre a agricultura familiar e a agricultura de caráter empresarial.”

“O socialismo petista deve dar especial atenção às relações de trabalho. Apesar das extraordinárias mudanças na produtividade, alicerçadas em não menos extraordinárias transformações científicas e tecnológicas, a jornada de trabalho se encontra estancada no mundo há muitas décadas. É fundamental reduzi-la. Multiplicam-se os mecanismos de precarização do trabalho que convivem com altas taxas de desemprego. A noção de pleno emprego – para alguns, “obsoleta” – deve ser plenamente reabilitada. Formas institucionalizadas de controle dos trabalhadores sobre todas as esferas da atividade industrial, agrícola e de serviços, serão fundamentais no combate à alienação do trabalho.”

“O socialismo petista compreende que os recursos naturais não podem ser apropriados sob regime de propriedade privada, mas sim de forma coletiva e democrática, em sintonia com o meio ambiente e solidária com as futuras gerações.”

“O socialismo petista articulará a construção nacional – que na maioria dos países da periferia do capitalismo ainda é um processo inconcluso – com uma perspectiva internacionalista. As relações internacionais devem passar por um radical processo de mudanças. Precisamos de um mundo multilateral e multipolar, que reduza as assimetrias econômicas e sociais e não esteja submetido à hegemonia de grandes potên-

cias..." "Lutaremos pela construção de uma solidariedade continental, com ênfase na América do Sul, capaz de alterar a atual correlação de forças internacional."

"Composto de muitos sujeitos, o socialismo petista tem nos trabalhadores sua referência fundamental. Ele é um processo de sucessivas conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais que abrem caminho para novas conquistas. É um caminho que se renova e se amplia à medida que o percorremos." "Pode contemplar momentos de rupturas, mas se faz também no dia a dia. Não descuida do presente, mas tem seus olhos postos no futuro. Mas esse futuro não é um porto de chegada ou uma fortaleza a ser conquistada. É antes uma construção histórica."

Os principais traços do socialismo são assim resumidos:

"A mais profunda democratização. Isto significa democracia social; pluralidade ideológica, cultural e religiosa; igualdade de gênero, igualdade racial, liberdade de orientação sexual e identidade de gênero. A igualdade entre homens e mulheres, o fim do racismo e a mais ampla liberdade de expressão sexual serão traços distintivos e estruturantes da nova sociedade. O pluralismo e a auto-organização, mais que permitidos, deverão ser incentivados em todos os níveis da vida social. Devemos ampliar as liberdades democráticas duramente conquistadas pelos trabalhadores na sociedade capitalista. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária e a criação de novos mecanismos institucionais que combinem democracia representativa e democracia direta. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do Capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos;"

"Um compromisso internacionalista. Somos todos seres humanos, habitantes de um mesmo planeta, casa comum a que temos direito e que todos devemos cuidar. O capitalismo é um modo de produção que atua em escala internacional e, portanto, o socialismo deve também propor

alternativas mundiais de organização social. Apoiamos a autodeterminação dos povos e valorizamos a ação internacionalista, no combate a todas as formas de exploração e opressão. O internacionalismo democrático e socialista é nossa inspiração permanente. Os Estados nacionais devem ter sua soberania respeitada e devem cooperar para eliminar a desigualdade econômica e social, bem como todos os motivos que levam à guerra e aos demais conflitos políticos e sociais. Os organismos multilaterais criados após a Segunda Guerra Mundial deverão ser reformados e/ou substituídos, capazes de servir como superestrutura política de um mundo baseado na cooperação, na igualdade, no desenvolvimento e na paz:”

“O planejamento democrático e ambientalmente orientado. Uma economia colocada a serviço não da concentração de riquezas, mas do atendimento às necessidades presentes e futuras do conjunto da humanidade. Para o que será necessário retirar o planejamento econômico das mãos de quem o faz hoje: da anarquia do mercado capitalista, bem como de uma minoria de tecnocratas estatais e de grandes empresários, a serviço da acumulação do capital e, por isso mesmo, dominados pelo imediatismo, pelo consumismo e pelo sacrifício de nossos recursos sociais e naturais.”

“A propriedade pública dos grandes meios de produção. As riquezas da humanidade são uma criação coletiva, histórica e social, de toda a humanidade. O socialismo que almejamos só existirá com efetiva democracia econômica. Deverá organizar-se, portanto, a partir da propriedade social dos meios de produção. Propriedade social que não deve ser confundida com propriedade estatal; e que deve assumir as formas (individual, cooperativa, estatal etc.) que a própria sociedade, democraticamente, decidir. Democracia econômica que supere tanto a lógica do mercado capitalista quanto o planejamento autocrático estatal vigente em muitas economias ditas socialistas. Queremos prioridades e metas produtivas que correspondam à vontade social, e não a supostos interesses estratégicos de quem comanda o Estado. Queremos conjugar o incremento da produtividade e a satisfação das necessidades materiais com uma nova organização do trabalho, capaz de superar a alienação característica do capitalismo. Queremos uma democracia que vigore tanto

para a gestão de cada unidade produtiva quanto para o sistema no conjunto, por meio de um planejamento estratégico sob o controle social...”

A isso tudo se agrega “o conceito de sustentabilidade socioambiental, redefinindo o socialismo petista como socialismo democrático e sustentável”; “a superação do capitalismo como pressuposto para o combate ao racismo”; e a “defesa da paz” como parte de nosso projeto socialista.

Em resumo, o documento do 3º Congresso fala do *tudo de bom* que é/será o socialismo petista.

Quanto a como chegaremos nele, afirma-se que será “um processo de sucessivas conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais que abrem caminho para novas conquistas”, “um caminho que se renova e se amplia à medida que o percorremos”, que “pode contemplar momentos de rupturas, mas se faz também no dia a dia”, que “não descuida do presente, mas tem seus olhos postos no futuro”, futuro que “não é um porto de chegada ou uma fortaleza a ser conquistada. É antes uma construção histórica”.

Reafirma-se, também, que a “construção do socialismo, na nossa visão, segue o processo de acumulação de forças previstas nas resoluções amplamente discutidas e aprovadas no 5º encontro (1987), bem como na resolução ‘Socialismo Petista’, aprovada no 7º Encontro (1990) e referendada no 1º e 2º Congressos...”

O 5º Encontro (1987) e o 6º Encontro (1989) “afirmavam que nosso objetivo estratégico é o socialismo. A luta pelo socialismo exigia, então, construir e conquistar o poder político; construir o poder exige acumular forças, através do Partido, dos movimentos sociais, de espaços institucionais, de alianças e através da formação de uma cultura socialista de massas.”

“O programa democrático-popular detalharia assim os objetivos da luta pela igualdade social, pela democratização política e pela soberania nacional, articulando as tarefas antilatifundiárias, antimonopolistas e anti-imperialistas com a luta pelo socialismo.”

“A eleição do presidente da República visava dar início, através do governo federal, à implementação de reformas estruturais de caráter

democrático-popular.” “A execução destas reformas e a previsível reação das classes dominantes alterariam o patamar da luta de classes, criando uma situação em que ficaria claro, para amplos setores das classes trabalhadoras, a necessidade de passar da construção à conquista do poder. Para fazer avançar a estratégia democrático-popular e consolidar as conquistas programáticas que estiveram na origem do atual governo é fundamental constituirmos um eixo de esquerda.”

“Esta necessidade é acentuada pelas mudanças positivas, ocorridas desde 2002, na correlação de forças do Brasil e da América Latina.”

“Atravessamos um novo período histórico, tanto em nível nacional quanto internacional, que exige do PT e de todas as forças socialistas e democráticas uma elaboração estratégica mais audaz e rigorosa.”

“Mas mantendo a compreensão de que, com a posse do governo – portanto, de parte importante do poder do Estado – a disputa pela hegemonia passa a se dar em outro patamar, estando colocada para o PT e para as forças democrático-populares a possibilidade de iniciar um acelerado e radical processo de reformas econômicas, políticas e sociais, criando assim as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas.”

Não temos como saber o que teria ocorrido se o Partido dos Trabalhadores e os governos que encabeçamos em âmbito nacional tivessem tentado fazer mudanças mais profundas na ordem política, social e econômica que nos levassem em direção, não apenas ao bem-estar social, mas também a uma transição socialista.

O que sabemos é que isto não aconteceu. No atual momento da história, estamos sendo vítimas de um golpe jurídico-parlamentar, piorando as condições de vida da classe trabalhadora e de luta pelo socialismo no Brasil.

O Baixinho (aquele fradinho sacana de Henfil) não teria dúvida: *top, top, top!* Já Carlito Maia talvez apelasse para uma de suas frases geniais: *Quando me fecham as saídas, escapulo pelas entradas.*

O socialismo no século XXI

Como diria Tio Sam: não pergunte o que o socialismo pode fazer por você, pergunte o que você pode fazer pelo socialismo. E desde o século XIX a sugestão que nos foi dada é muito simples: estudar, organizar e lutar.

De todas as formas de organizar a sociedade, o socialismo é aquela que exigirá dos seres humanos maior nível de consciência. As pessoas viviam no comunismo primitivo, no escravismo, no feudalismo e vivem no capitalismo, mas não necessariamente conscientes acerca das relações sociais vigentes. Já para que o socialismo tenha êxito, esta consciência será necessária. Não a consciência de meia dúzia de iluminados, mas a consciência individual e coletiva de bilhões de seres humanos.

Dito assim, haverá quem conclua que o fradim Baixinho está coberto de razão no seu top, top, top!! Afinal, vivemos numa época em que as condições subjetivas para a construção de uma sociedade baseada em relações de cooperação parecem estar muito distantes.

Isso é provavelmente verdade. Mas há aí, também, uma ilusão de ótica muito comum. A maioria de nós acredita que o capitalismo entra em crise quando ele está mal das pernas; e acredita que as grandes transformações sociais resultam da acumulação progressiva de pequenos gestos. Os fatos são outros. O capitalismo entra em crise quando ele está no máximo de seu sucesso. E as grandes transformações sociais envolvem não apenas mudanças moleculares, mas também grandes saltos, que tornam possível o que parecia impossível ou pelo menos muito improvável.

O cinema já nos habituou a isto: nisto a arte copia a realidade. As grandes façanhas da humanidade foram feitas da combinação entre o material acumulado ao estilo formiguinha e incríveis voos de pássaro, ao estilo de “tentativa e erro”. Claro, vários Ícaros vão ao solo. Mas outros continuam tentando, até que algum dia a meta seja atingida.

Mas como podemos saber se tal meta (uma sociedade baseada na cooperação, na associação livre, na igualdade) não passa de um sonho, daqueles que ajudavam os setores humanos da Matrix a manterem-se vivos para continuar sendo explorados?

A rigor, não podemos ter total certeza. Melhor dizendo: só os que viverem, verão e terão certeza de que foi possível. E talvez façam em relação a nós o mesmo que nós fazemos em relação aos que, ao longo da história da humanidade, lutaram por ideais aparentemente inalcançáveis.

Mas apesar de não podermos ter total certeza, há alguns indícios de que estamos no rumo certo. E principalmente indícios de que, se existe algum caminho, é por estes lados.

Em primeiro lugar, quanto maior é o predomínio das relações capitalistas de produção e circulação, maior é a instabilidade política, social, econômica e militar. E, comparado com outros períodos da história, vivemos naquele em que o capitalismo é mais predominante.

Por isso, a crise iniciada em 2007-2008 parece tão difícil de resolver. É uma crise clássica de acumulação, revelando impasses estruturais no processo de valorização do Capital. É uma crise de múltiplas dimensões: militar, política, social, ideológica, financeira, comercial, ambiental. Atinge de maneira diferenciada os setores, regiões e países. E tem seu epicentro na região do capitalismo central, a saber, Estados Unidos, a Europa e o Japão.

Como decorrência, estamos assistindo a uma intensificação dos conflitos intercapitalistas. No plano interno aos países ou no plano internacional, isto implica em redistribuição do poder entre os diferentes Estados e setores sociais.

Declina a hegemonia dos Estados Unidos, que faz esforços brutais para tentar reverter este declínio. Isto é acompanhado pelo esgotamento da ONU e seu Conselho de Segurança, do FMI e do Banco Mundial, da mais recente Organização Mundial do Comércio.

Outros Estados buscam estabelecer uma nova hegemonia, de tipo análogo ou diverso daquela liderada pelos Estados Unidos e seus aliados. Por isso, também, proliferam blocos, instituições e alianças com

finalidades essencialmente defensivas. Fenômeno que esteve presente em outros momentos da história, a começar pelos que precederam as duas grandes guerras mundiais.

Este conjunto de características (ou variáveis) confirma que vivemos um período da história que pode ser mais ou menos prolongado, marcado pela instabilidade, em que surgem e desaparecem “soluções” intermediárias, temporárias e ineficazes.

A instabilidade faz com que seja ao mesmo tempo urgente e difícil a construção de alternativas: o velho padrão não funciona adequadamente, mas continua forte; novos padrões estão surgindo, mas ainda não conseguem firmar.

Isto gera uma situação paradoxal: fortes discursos em favor de mudanças profundas e urgentes, acompanhadas de terapias minimalistas que fazem correções marginais no *modus operandi* dos chamados mercados. Como resultado, a crise adquire um caráter crônico, prolongado e com efeitos degenerativos no terreno ideológico, político e militar.

No curto e médio prazos, a instabilidade está vinculada à crise do capitalismo e ao declínio da hegemonia estadunidense. Mas no longo prazo, corresponde à crescente contradição entre a “globalização” da sociedade humana *versus* o caráter limitado das instituições políticas nacionais e internacionais.

Dito de outra forma: a humanidade está frente a desafios cada vez mais globais, mas não dispõe de instituições à altura desses problemas.

Fica cada vez mais alto o preço que a humanidade paga pela continuidade das relações capitalistas de produção, ou seja, pela subordinação do conjunto da sociedade aos imperativos da reprodução ampliada do capital.

Preço em triplo sentido: no prolongamento de problemas solucionáveis, no desperdício de possibilidades e nos riscos à sobrevivência coletiva. Entre os desperdícios, destaque-se o fato de centenas de milhões de pessoas serem mantidas à margem do processo de produção.

Claro que há uma grande diferença entre a percepção intelectual de um problema e a construção das condições objetivas e subjetivas necessárias para resolvê-lo.

Décadas de neoliberalismo resultaram na crise internacional de 2007-2008, cujos desdobramentos ainda estão em curso. Crise frente a qual as forças anticapitalistas reagem lentamente, em parte por ainda estarem lambendo as feridas abertas no período anterior.

O desmonte do socialismo de tipo soviético abriu um período de defensiva estratégica para as forças anticapitalistas. Inclusive para aquelas que nunca compartilharam o socialismo de tipo soviético ou que dele distanciaram-se em algum momento, como é o caso do Partido Comunista da China.

Tempos difíceis? Sim, mas nunca houve tempo fácil para o socialismo no Brasil.

Os primeiros intelectuais e as primeiras organizações socialistas conviveram com a monarquia e com a escravidão, com a República oligárquica, com a Primeira Guerra Mundial, com a crise dos anos 1920 e a revolução dos 1930, com a ditadura Vargas, as lutas e impasses dos anos 1940 a 1960, o golpe militar, a Nova República, o período Collor e FHC.

Viveram, também, longos períodos de clandestinidade, de afastamento em relação à classe trabalhadora, de luta fratricida entre partidos, momentos de dissidência e fragmentação, debates agudos sobre programa, estratégia, sobre o que se passava no mundo socialista, sobre qual a relação entre a luta contra uma ditadura (Vargas ou militar) e a luta pelo socialismo.

De toda nossa história, é apenas no período mais recente (1989-2014) que tivemos a possibilidade de gozar de amplas liberdades democráticas, que contribuíram para que chegássemos ao governo federal em 2002.

O golpe jurídico-parlamentar é um sinal de que o grande capital, a direita, o oligopólio da mídia e seus aliados internacionais resolveram colocar limites nas liberdades democráticas. Portanto, querem voltar ao modo normal de ser do capitalismo e da política brasileira, baseado

na dependência externa, na desigualdade social e numa democracia muito limitada.

Frente a isso, é preciso combinar o urgente com o importante, até porque o importante nos ajuda a fazer melhor o que é urgente: recompor os laços com a classe trabalhadora, defender seus direitos sociais e democráticos, manter e ampliar nossa força; e, ao mesmo tempo, fazer o balanço sobre o passado e a reflexão sobre o futuro. Esta discussão inclui compreender o capitalismo do século XXI e o que ele nos diz sobre o que significa ser socialista hoje.

Este livro é uma pequena contribuição para isto. Muitas outras coisas deveriam e poderiam ser ditas, mas ultrapassariam os limites de um texto dessa natureza. Assim, nos limitamos a repetir aqui algo que já foi dito antes: nos compete criar, no seio da própria engrenagem, a contramola que não desiste, insiste, resiste e - quem sabe - vence ao final. E se ainda não vencemos, é porque ainda não chegamos ao final.

Bibliografia

ANDERSON, Perry; CAMILLER. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. São Paulo: Scritta.

CARR, E. H. *A revolução russa, de Lenin a Stalin*. São Paulo: Zahar.

CASTRO, Nils. *As esquerdas latino-americanas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Hucitec.

GARCES, Joan. *Allende e as armas da política*. São Paulo: Scritta.

GEOF, Eley. *Forjando a democracia*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras.

_____. *História do marxismo*. São Paulo: Ca. das Letras.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular.

LOSURDO, Domenico. *Liberalismo: uma contra-história*.

LÖWY, Michael. *Marxismo na América Latina*. São Paulo: Cia. das Letras.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução*.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*.

MORUS, Thomas. *A Utopia*.

PIKETTY, Thomas. *O capital do século XXI*.

POMAR, Wladimir. *O enigma chinês*. São Paulo: Cia. das Letras.

REED, John. *Dez dias que abalaram o mundo*.

REGALADO, Roberto. *Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Revoluções e regimes marxistas*.

Filmes

Tempos modernos, Charlie Chaplin (Estados Unidos, 1936).

Sambizanga, Sarah Maldoror (Angola, 1973).

A Batalha do Chile, Patricio Guzmán (Chile, 1978-1980).

Reds, Warren Beatty (Estados Unidos, 1981).

Eles não usam black-tie, Leon Hirshman (Brasil, 1981).

Rosa Luxemburgo, Margarethe von Trotta (Alemanha, 1986).

Tierra y libertad, Ken Loach (Inglaterra, 1995).

A culpa é de Fidel, Julie Gavras (França, 2006).

Che, Steven Soderbergh (Espanha, França, Estados Unidos, 2008).

Inside Job: a verdade da crise, Charles Ferguson (Estados Unidos, 2010).

Sites

<www.pt.org.br>

<www.psb.org.br>

<www.pdt.org.br>

<www.pcdob.org.br>

<www.pcb.org.br>

<www.psol.org.br>

<www.pstu.org.br>

<www.pco.org.br>

<www.forodesaopaulo.org>

<www.pse.org>

<www.pes.org>

O autor

Valter Pomar é militante do Partido dos Trabalhadores desde os anos 1980. Desde então assumiu diversas tarefas, entre as quais dirigente zonal e municipal, secretário de comunicação do Diretório Regional de São Paulo, terceiro vice-presidente nacional, secretário de relações internacionais e secretário executivo do Foro de São Paulo. Trabalhou com formação política no Instituto Cajamar, foi diretor da revista Teoria e Debate e do Linha Direta, além de integrante da equipe responsável pelo jornal Brasil Agora. Foi assessor do prefeito David Capistrano na prefeitura de Santos (SP) e secretário de Cultura, Esportes e Turismo na prefeitura de Campinas (SP).

Produtor visual gráfico, doutor em história pela Universidade de São Paulo e professor do bacharelado de relações internacionais da Universidade Federal do ABC, Valter Pomar tem diversos livros publicados, entre os quais A armadilha da dívida; O Brasil endividado; Foro de São Paulo: construindo a integração latino-americana e caribenha; A estrela na janela; A foice, o martelo e a estrela; A metamorfose. Editor do jornal Página 13 e da revista Esquerda Petista.

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann
Vice-presidenta: Iole Iliada
Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli
Diretores: Joaquim Soriano e Kjeld Jakobsen

Coordenação da coleção O Que Saber

Luciana Mandelli

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Maria da Costa

Equipe de produção

Reiko Miura (org.)

Projeto gráfico e diagramação

Camila Pilan e Antonio Kehl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P784s Pomar, Valter.
Socialismo / Valter Pomar. – São Paulo : Editora Fundação
Perseu Abramo, 2016.
80 p. ; 18 cm. – (Coleção o que saber)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-5708-059-1

1. Socialismo. 2. Capitalismo. 3. Socialismo - Brasil.
I. Título. II. Série.

CDU 316
CDD 301

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – CEP 04117-091 – São Paulo-SP Brasil
Telefone: (11) 5571 4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo
www.fpabramo.org.br

ISBN 978-85-5708-059-1



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores